NEOLIBERALISMO

como gestão do sofrimento psíquico

Material com direitos autorais

Introdução

Este livro é resultado de três anos de pesquisas do Laboratório de Pesquisas em Teoria Social, Filosofia e Psicanálise (Latesfip). Trata-se de um laboratório interdepartamental da Universidade de São Paulo que congrega pesquisadoras e pesquisadores do Instituto de Psicologia e do Departamento de Filosofia. Seu objetivo principal é analisar as clínicas do sofrimento psíquico a partir de abordagens capazes de mobilizar de modo articulado a crítica social, a crítica do sujeito e as críticas das formas históricas de racionalidade. O trinômio "teoria social, filosofia, psicanálise" organiza, a nosso ver, o eixo fundamental da abordagem crítica da contemporaneidade, por expor as dinâmicas de poder em seu ponto de contato entre racionalização social, instauração da vida psíquica e padrões gerais de racionalidade.

A escolha em abordar o neoliberalismo não apenas como modelo socioeconômico, mas também como gestor do sofrimento psíquico se impôs a nós como resultado da natureza disciplinar de seu discurso, no qual categorias morais e psicológicas são constantemente utilizadas como pressupostos silenciosos da ação econômica. Ações econômicas são justificadas nem sempre devido à sua eficácia propriamente econômica na produção e circulação de riquezas, mas devido à sua pretensa justeza moral na realização social da liberdade – conceito esse de liberdade, como veremos, assentado na generalização irrestrita da forma-propriedade e que encontra suas raízes na noção liberal da liberdade como propriedade de si. Nesse sentido, o neoliberalismo, com suas doses maciças de intervenção estatal no campo político e social, aparece como uma engenharia social para uma noção de liberdade pouco discutida.

Material com direitos autorais

Procuramos mostrar como essa redução da liberdade ao exercício livre da propriedade não é apenas peça decisiva na despolitização da sociedade e na criminalização de seus conflitos. Ela é uma forma de gestão psíquica, de produção de figuras da subjetividade com seus padrões de ação e, principalmente, de sofrimento. Não é um mero acaso que a ascensão do neoliberalismo nos anos 1970 tenha sido acompanhada pela reformulação brutal da gramática do sofrimento psíquico através da hegemonia do *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*, em sua terceira edição (DSM-III). Há relações profundas entre os experimentos de engenharia social do neoliberalismo e a reconstrução das estruturas categoriais clínicas, reconstrução que se expressa, principalmente, com o apagamento das neuroses, com a hegemonia da depressão, com a redução da psicose à forma unitária da esquizofrenia, com a consolidação dos transtornos *borderline* e, finalmente, com a substituição da clínica tradicional, restrita ao tratamento de doenças, pela lógica do *enhancement*, que começa a explorar cada vez mais os fármacos, inicialmente concebidos para o sofrimento psíquico, em um novo objetivo, aquele da potencialização de performances no trabalho. O que esse conjunto de transformações torna manifesto é que categorias clínicas dependem de sistemas de valores sociais exteriores à clínica. Tais processos, que expressam a colonização da clínica pelos modos de racionalização econômicos, foram analisados de forma detalhada neste livro.

Nesse sentido, a noção de "gestor" do sofrimento psíquico ganha importância em dois sentidos, a saber, como aquele que gera e aquele que gerencia. Pois o sofrimento psíquico é não apenas produzido, mas também gerido pelo neoliberalismo. Por isso, cabe compreender o neoliberalismo como uma forma de vida nos campos do trabalho, da linguagem e do desejo. Como tal ele compreende uma gramática de reconhecimento e uma política para o sofrimento. Enquanto liberais clássicos, descendentes de Jeremy Bentham e Stuart Mill, consideravam que o sofrimento, seja do trabalhador, seja do cidadão, era um problema que atrapalhava a produção e criava obstáculos para o desenvolvimento e para o cálculo da felicidade, como máximo de prazer com mínimo de

Material com direitos autorais

desprazer, a forma de vida neoliberal descobriu que se pode extrair mais produção e mais gozo do próprio sofrimento. Encontrar o melhor aproveitamento do sofrimento no trabalho, extraindo o máximo de cansaço com o mínimo de risco jurídico, o máximo de engajamento no projeto com o mínimo de fidelização recíproca da empresa, torna-se regra espontânea de uma vida na qual cada relação deve apresentar um balanço e uma métrica.

É por tais razões que este livro aborda o neoliberalismo não apenas como uma teoria sobre o funcionamento da economia, desenvolvida entre 1930 e 1970, por Von Mises, Hayeck, Friedman e Becker, mas também como uma forma de vida definida por uma política para a nomeação do mal-estar e por uma estratégia específica de intervenção com relação ao estatuto social do sofrimento. Essa forma de vida articula moral e psicologia, economia e direito, política e educação, religião e teologia política, propondo um tipo de individualização baseado no modelo da empresa. Uma vida que deve ser apreendida, dirigida e avaliada como se o faz com uma empresa. Mas essa análise de risco, esse cálculo de decisões e essa administração de si presume uma psicologia implícita. A arqueologia dessa psicologia nos levará ao problema da instauração da vida psíquica no interior do liberalismo, envolvendo premissas sobre a determinação do sofrimento psíquico e seu consequente tratamento.

Podemos falar em "instauração" porque a força do neoliberalismo é performativa. Ela não atua meramente como coerção comportamental, ao modo de uma disciplina que regula ideais, identificações e visões de mundo. Ela molda nossos desejos, e, nesse sentido, a performatividade neoliberal tem igualmente efeitos ontológicos na determinação e produção do sofrimento. Ela recodifica identidades, valores e modos de vida por meio dos quais os sujeitos realmente modificam a si próprios, e não apenas o que eles representam de si próprios. Se admitimos que uma forma de vida tende a manter sua unidade extraindo produtividade de suas contradições, determinadas e indeterminadas, de acordo com estratégias provenientes do trabalho e do mercado, do desejo e da

Material com direitos autorais

linguagem, poderemos localizar os efeitos estruturais da dimensão performativa da gestão neoliberal do sofrimento.

Tomamos o conceito de sofrimento como uma noção-chave para nossos propósitos, porque ele localiza-se de modo intermediário entre, por um lado, os sintomas e sua regularidade clínica e, por outro lado, o mal-estar e suas conflitivas existenciais. Nem todo sintoma nos faz sofrer, e nem toda forma de sofrimento é um sintoma. Determinar qual sofrimento é legítimo e qual não é, portanto, é uma questão não apenas clínica, mas também política. Por isso esta pesquisa tenta isolar qual seria a política específica que o neoliberalismo desenvolve com relação ao sofrimento.

Essa perspectiva foi aberta por nossa pesquisa anterior, em que nosso interesse na mutação de formas de sofrimento foi sinalizado pelo estudo precedente sobre *Patologias do social: uma arqueologia do sofrimento psíquico*, no qual mapeamos a relação intrínseca entre o destino das principais modalidades diagnósticas na modernidade em sua relação com gramáticas de reconhecimento e impasses de individualização. Naquela pesquisa coletiva, percebemos diferentes metamorfoses dos sistemas de diagnóstico, desde a psicopatologia clássica do século XIX, passando pela psicanálise e chegando aos grandes sistemas classificatórios, como o *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM), editado pela Associação Americana de Psiquiatria, e a Classificação Internacional de Doenças (CID), coligido pela Organização Mundial de Saúde. Cada forma de psicopatologia se mostrava compatível com uma política de sofrimento que, por exemplo, confirmava e replicava políticas específicas em termos de modos de subjetivação. Diante disso, é possível dizer que cada época prescreve a maneira como devemos exprimir ou esconder, narrar ou silenciar, reconhecer ou criticar modalidades específicas de sofrimento. Isso explica a emergência e o declínio sazonal de determinados quadros clínicos em detrimento de outros. Isso se tornou assombrosamente explícito quando, no contexto do neoliberalismo, encontramos manuais e estratégias para literalmente confeccionar novas doenças, para as quais se dispõe de novas medicações.

Material com direitos autorais

Em resumo: menos do que expressões culturais modificadas de uma mesma essência biológica causal, buscamos demonstrar como a ascensão e o declínio de formas de nomeação do sofrimento psíquico possuem e refletem um valor etiológico na determinação deste. Tal perspectiva implica tomar tais formas de nomeação como equivalentes de certos fenômenos que só se podem obter em situação experimental, em laboratório, na dependência de recursos indutores e que jamais ocorreriam livremente na natureza. Em outras palavras, a forma como uma cultura escolhe nomear e narrativizar o sofrimento psíquico, a maneira como ele é incluído ou excluído por determinados discursos, o modo como ele reconhece sujeitos para certas demandas e estados informulados de mal-estar possuem valor etiológico, tanto quanto as determinações orgânicas. A maneira como interpretamos o sofrimento, atribuindo-lhe causalidade interna ou externa, imputando-lhe razões naturais ou artificiais, agregando-lhe motivos dotados ou desprovidos de sentido, muda literalmente a experiência mesma de sofrimento. Isso é crucial na determinação dos sintomas e condiciona eventualmente sua reversibilidade clínica. O corpo sempre foi essencialmente plástico frente à cultura, e hoje é claro que mesmo os processos neurodesenvolvimentais, os moduladores químicos e os neurotransmissores não continuam a agir da mesma maneira em diferentes situações sociais, alterando e modulando seus processos de acordo com diferentes discursos.

As transformações clínicas não descrevem assim apenas alterações expressivas nos modos culturais de sofrer, chamados de patoplastias na história da psicopatologia. Mudanças nas operações de linguagem, tais como narrativização, nomeação, metaforização ou alegorização, possuem força de determinação da vida psíquica em sua integralidade. Controlar a gramática do sofrimento é um dos eixos fundamentais do poder.

Material com direitos autorais

A ECONOMIA MORAL NEOLIBERAL E SEUS DESCONTENTES

Material com direitos autorais

A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral

Vladimir Safatle[1]

Um paraíso habitado por assassinos sem maldade e vítimas sem ódio.
Günther Anders
No era depresión, era capitalismo.
Pixação no Chile,
feita à ocasião da revolta de 2019

O ano foi 2015, em plena efervescência da crise econômica grega. A tensão era contínua entre os negociadores do governo grego, à procura de evidenciar a irracionalidade das políticas econômicas implementadas na Grécia após a crise de 2008, e os representantes da chamada *troika*, composta pelos principais detentores da dívida grega. Diante do desejo dos gregos em trilhar um caminho heterodoxo, a então presidente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde, não teve dúvida: foi à imprensa exigir o fim do "comportamento infantil" dos seus contendores e dizer que esperava retomar o diálogo "com adultos na sala". No dia seguinte, a então vice-presidente da Comissão Europeia, Viviane Reding, cantava a mesma música, ao dizer que chegara a hora de termos diante de nós adultos, e não "crianças mal educadas". Ou seja, discordar não era entrar em um embate sobre visões macroeconômicas distintas, mas agir como crianças que desconheceriam a "responsabilidade" da emancipação, com suas "obrigações". O embate era simplesmente entre maturidade e minoridade psicológica.[2] Por isso, o embate não era debate algum, a voz dos gregos era apenas a expressão patológica da irracionalidade.

Talvez não tenham sido muitos os que estranharam o uso de um vocabulário entre o psicológico e o moral em meio àquela discussão eminentemente política e econômica. Afinal, o mundo já estava paulatinamente se acostumando a isso. Durante anos, as políticas de

Material com direitos autorais

combate à crise econômica foram vendidas como políticas de "austeridade". No entanto, até segunda ordem, ninguém até então tivera notícia de alguma "teoria econômica da austeridade" elaborada, até porque "austeridade" não era exatamente um termo técnico da teoria econômica,[3] mas um termo vindo diretamente da filosofia moral. O uso cada vez mais extenso do termo aparece apenas com a hegemonia neoliberal, mesmo que as políticas de controle de gastos do Estado encontrassem suas bases em John Locke, Adam Smith e David Hume.

Mas a nomeação de tais políticas como "austeridade" era um fato a ser sublinhado. Pois ela explicitava como valores morais eram mobilizados para justificar a racionalidade de processos de intervenção social e econômica. Note-se que ser contra a austeridade é, inicialmente, uma falta moral, um desrespeito ao trabalho de terceiros, além de uma incapacidade infantil de retenção e poupança. Criticar a austeridade é assim colocar-se fora da possibilidade de ser reconhecido como sujeito moral autônomo e responsável. Da mesma forma, era moral a defesa de que os indivíduos deveriam parar de procurar "proteção" nos braços paternos do Estado-providência a fim de assumir a "responsabilidade" por suas próprias vidas, aprendendo assim a lidar com o mundo adulto de uma "sociedade de risco" (embora nunca tenha realmente ficado claro se os riscos afinal eram para todos).

Mas há algumas perguntas que acabamos por não fazer até agora. Pois o que termos vindos da filosofia moral estavam fazendo em meio a debates econômicos? Como eles chegaram lá? Seriam meras metáforas, usos mais ou menos livres visando "dramatizar" o problema? Mas se aceitarmos que nenhuma metáfora é "mera", que seus usos indicam decisões conscientes de colocar em relação profunda sistemas distintos de referência, como deveríamos compreender tal fenômeno?

Pois era fato que estávamos a assistir a uma tendência, cada vez mais extensa, em se servir de termos psicológicos e morais para falar sobre processos econômicos. Como se certa psicologia moral estivesse a colonizar as múltiplas esferas da vida social através do discurso econômico. Certamente, o fenômeno não era exatamente novo. Quando Stuart Mill afirmou, no final do século XIX, que a economia política era

Material com direitos autorais

"'a ciência que trata da produção e distribuição da riqueza na medida em que elas dependam das leis da natureza humana' ou ainda 'a ciência relacionada às leis morais ou psicológicas da produção e distribuição da riqueza" (Mill, 1973, p. 303), a referência às leis morais ou psicológicas era vaga o suficiente para se referir simplesmente à racionalidade de um pretenso "desejo de riqueza" inscrito no coração das paixões humanas. A economia política analisaria assim as dinâmicas coordenadas socialmente a fim de realizar o desejo humano de enriquecimento, ou antes a obtenção da: "maior soma de coisas necessárias, de conveniências e de luxos com a menor quantidade de trabalho e abnegação física exigidas para poder obtê-los no estado existente de conhecimento" (Mill, 1973, p. 304).

No entanto, Stuart Mill ainda tinha o cuidado de afirmar que tal princípio de racionalidade era uma "premissa" que poderia não ter nenhum fundamento nos fatos, embora pudesse ter efeitos na dimensão concreta, com "concessões apropriadas". Isso significava, entre outras coisas, que a redução da estrutura da motivação humana ao desejo de riqueza era uma abstração útil, e não uma explicação geral sobre o comportamento humano, com sua multiplicidade de variáveis singulares e efeitos imprevistos.

Mas o que vemos atualmente é algo de outra ordem, a saber, a justificação de ações econômicas e a paralisia da crítica através da mobilização massiva de discursos psicológicos e morais. O que pode nos levar a questões sobre a efetiva natureza epistemológica do discurso econômico, isso em um momento no qual ele arroga para si autonomia operacional completa em relação à esfera do político, como antes ocorrera quando enfim a economia ganhou autonomia em relação ao sagrado.[4] Pois podemos nos perguntar sobre o quanto essa autonomia do discurso econômico em relação à política é ela mesma a mais clara expressão de uma decisão política violenta.

Nesse sentido, devemos meditar a respeito do significado dessa relação inesperada entre autonomia da economia em relação ao político e sua transmutação em psicologia moral. Como se um processo só fosse possível através do outro. A autonomia da economia, sua posição de

Material com direitos autorais

discurso de poder ilimitado na definição das orientações de gestão social, caminha juntamente com a legitimação cada vez mais clara de suas injunções como uma psicologia moral, ou seja, como um discurso no qual se articulam injunções morais e pressuposições a respeito de desenvolvimento e maturação. O que nos leva a afirmar que o império da economia é solidário da transformação do campo social em um campo indexado por algo que poderíamos chamar de "economia moral", com consequências maiores não exatamente para os modos de produção e circulação de riqueza, mas para a eliminação violenta da esfera do político enquanto espaço efetivo de deliberação e decisão, com a redução da crítica à condição de patologia. Uma eliminação que, como gostaria de mostrar, tem consequências maiores para os modos de sujeição psíquica e sofrimento social.

A tese a ser defendida aqui é que o uso reiterado de tal estratégia cresce com a hegemonia do neoliberalismo. Fato que os textos da Sociedade Mont Pèlerin não nos deixa esquecer. Lembremos, por exemplo, como se iniciava o texto que apresentava os objetivos dessa sociedade, primeiro grupo formado nos anos 1940 para a difusão dos ideais neoliberais: "Os valores centrais da civilização estão em perigo... O grupo defende que tal desenvolvimento tem sido impulsionado pelo crescimento de uma visão da história que nega todo padrão moral absoluto e por teorias que questionam a desejabilidade do império da lei" (*apud* Mirowski; Plehwe, 2009, p. 25).

De onde se seguia a exortação para explicar a pretensa crise atual a partir de suas "origens morais e econômicas". Essa dupla articulação é extremamente significativa. A recusa ao primado da propriedade privada e da competividade não seria apenas um equívoco econômico, mas principalmente uma falta moral. Sua defesa deverá ser não apenas assentada em sua pretensa eficácia econômica diante dos imperativos de produção de riqueza. Ela devia se dar através da exortação moral dos valores imbuídos na livre iniciativa, na "independência" em relação ao Estado e na pretensa autodeterminação individual.

> Assim, o que faz a economia possível e necessária é uma perpétua e fundamental situação de escassez: diante de uma natureza que, por si

Material com direitos autorais

> mesma, é inerte e, salvo para uma parte minúscula, estéril, o homem arrisca sua vida. Não é mais nos jogos da representação que a economia encontra seu princípio, mas é do lado desta região perigosa na qual a vida se afronta à morte [...] O *homo œconomicus* não é este que representa suas próprias necessidades e os objetos capaz de satisfazê-las. Ele é este que passa, e usa, e perde sua vida tentando escapar da iminência da morte (FOUCAULT, 1966, p. 269).

Essa situação fundamental de escassez não é, no entanto, um "dado evidente", uma realidade natural inelutável. Ela é uma derivação relativa, pois depende de onde se encontrará a linha do horizonte que define a abundância.[5] Daí por que Foucault precisa articulá-la à fantasmagoria moral da finitude e da iminência da morte. Pois a transformação da escassez em dado evidente só pode ser produzida através da absorção, pelo discurso econômico, da força disciplinar da crença na vulnerabilidade da vida, em sua fragilidade constitutiva. Crença que é peça fundamental para certa moral e uma circulação de afetos fundados no medo e capazes de motivar a ação em direção ao trabalho compulsivo e à poupança.

Vale a pena ainda salientar como essa psicologização muito específica do campo econômico tendo em vista a eliminação da possibilidade de contestação política a respeito de sua "racionalidade" não deixa de ter, por sua vez, uma espécie de efeito reverso. Efeito esse visível no próprio redimensionamento contemporâneo do campo político. Pois é um dos fatos contemporâneos mais relevantes a redescrição completa da lógica motivacional da ação política em uma gramática das emoções. É cada vez mais evidente como lutas políticas tendem a não ser mais descritas a partir de termos eminentemente políticos, como justiça, equidade, exploração, espoliação, mas através de termos emocionais, como ódio, frustração, medo, ressentimento, raiva, inveja, esperança.[6] E em um movimento que parece complementar tal lógica, chegamos rapidamente ao momento em que novas levas de políticos parecem especializados em mobilizar setores da população como se estivessem diante de sujeitos eminentemente psicológicos. Assim, suas falas são feitas para serem lidas não como confrontações políticas a respeito da vida em sociedade, mas

Material com direitos autorais

como "ofensas", como "desrespeito"; suas promessas são permeadas por exortações ao "cuidado", ao "amparo".

Como sabemos, falas constituem seus ouvintes. Um discurso construído como "ofensivo" visa produzir um sujeito que reagirá como "ofendido". A fala ofensiva é astuta. Ela procura, inicialmente, quebrar uma espécie de solidariedade genérica diante de uma injustiça feita não apenas contra um, mas contra todos ou, antes, contra todos através de um. A fala ofensiva visa quebrar a emergência da reação de "todos", pois ela singulariza, ela ofende um, ela escarnece um. Não falamos: "Você ofendeu a sociedade brasileira em mim". Antes, dizemos: "Você me ofendeu". O problema parece algo entre "você" e "ela/e". O problema não parece mais político, mas de respeito à integridade psicológica.

É fato que na esfera política conhecemos múltiplas estratégias de psicologização de seu campo desde os tempos mais remotos. Uma das mais antigas é a redução das relações políticas à expressão de relações familiares. Sobreposições da autoridade às figuras paternas e maternas, sobreposições das relações entre iguais às figuras fraternas, que visam fazer das demandas sociais demandas decalcadas nas expectativas de amor e reconhecimento próprias ao núcleo familiar. Essa sobreposição entre corpo social e estrutura familiar tem função clara. Tudo se passa como se a família fosse o modelo de "relações harmoniosas" que teria a força de eliminar o caráter muitas vezes aparentemente intransponível dos conflitos sociais. O familiarismo em política pressupõe a fantasia social da família como núcleo de relações hierárquicas naturalizadas, não problemáticas, da autoridade baseada no amor e na devoção. Núcleo no qual os lugares sociais de autoridade e submissão são lugares naturais. Algo muito distante da explicitação freudiana da família como núcleo produtor de neuroses.

Lembremos que a economia ainda guarda seu traço familiarista. Ela guarda sua lógica originária da *oikos* que aparece periodicamente, principalmente quando se acredita que *o governo deva fazer o mesmo que uma dona de casa quando falta dinheiro.*[7] Essa sobreposição das relações econômicas sociais complexas à lógica elementar da "casa" não visa apenas à produção ideológica de ilusões de naturalidade dos modos de

Material com direitos autorais

circulação e produção de riquezas. Ela visa à sobreposição fantasmática entre corpo social e o corpo do pai, da mãe e dos irmãos. Sobreposição essa que deve produzir a docilidade em relação à autoridade, a perpetuação de um sentimento de dependência e, principalmente, a naturalização da sujeição de gênero.[8] No limite, ela deve produzir uma "identificação com o agressor".[9]

O Estado total neoliberal

Mas se é fato que a hegemonia neoliberal exige a explicitação da economia como uma psicologia moral, há de se compreender melhor as razões de tal processo e suas consequências. Nesse sentido, voltemos um instante os olhos para o ano 1938. No ano anterior à eclosão da Segunda Grande Guerra, vários economistas, sociólogos, jornalistas e mesmo filósofos se reuniram a fim de discutir o que aparecia à época como o ocaso do liberalismo. A reunião passou à história como Colóquio Walter Lippmann, nome de um influente jornalista norte-americano que havia escrito um dos mais discutidos livros de então, *A boa sociedade*, e um dos responsáveis pela organização do evento.[10] Em seu livro, Lippmann insistia em que o mundo via a derrocada do liberalismo devido à ascensão do comunismo, de um lado, e dos fascismos, de outro. Mesmo o capitalismo estaria sob a hegemonia do intervencionismo keynesiano. Havia então de se perguntar por que isso estava a ocorrer e o que fazer para reverter a situação.

Um diagnóstico que se impôs no colóquio fora o equívoco da crença, própria ao liberalismo manchesteriano do século XIX, de que livre-iniciativa, empreendedorismo e competitividade seriam características que brotariam quase que espontaneamente nos indivíduos, caso fôssemos capazes de limitar radicalmente a intervenção econômica e social do Estado. Antes, a liberdade liberal teria de ser produzida e defendida. Como dirá décadas depois Margareth Thatcher: "Economia é o método. O objetivo é mudar o coração e a alma".[11] E essa mudança dos corações e mentes teria de ser feita através de doses maciças de intervenção e de reeducação.[12] Isso até o momento em que os indivíduos

Material com direitos autorais

começassem a ver a si mesmos como "empreendedores de si", isso até o momento em que eles internalizassem a racionalidade econômica como a única forma de racionalidade possível.

Assim, a ideia de que o advento do neoliberalismo seria solidário de uma sociedade com menos intervenção do Estado, ideia tão presente nos dias de hoje, é simplesmente falsa. Em relação ao liberalismo clássico, o neoliberalismo representava muito mais intervenção do Estado. A verdadeira questão era: onde o Estado efetivamente intervia? De fato, não se tratava mais da intervenção na esfera da coordenação da atividade econômica. Para os neoliberais, mesmo a regulação de moldes keynesianos era tão insuportável quanto qualquer forma de Estado socialista, embora valha a pena lembrar que o nível de regulação econômica aceito pelo ordoliberalismo alemão e sua "economia social de mercado" é maior do que aquele pregado, por exemplo, pela Escola Austríaca, que dará o tom do neoliberalismo norte-americano. Na verdade, o que o neoliberalismo pregava eram intervenções diretas na configuração dos conflitos sociais e na estrutura psíquica dos indivíduos. Mais do que um modelo econômico, o neoliberalismo era uma engenharia social.

Ou seja, o neoliberalismo é um modo de intervenção social profunda nas dimensões produtoras de conflito. Pois, para que a liberdade como empreendedorismo e livre-iniciativa pudesse reinar, o Estado deveria intervir para despolitizar a sociedade, única maneira de impedir que a política intervisse na autonomia necessária de ação da economia. Ele deveria bloquear principalmente um tipo específico de conflito, a saber, aquele que coloca em questão a gramática de regulação da vida social.[13] Isso significava, concretamente, retirar toda a pressão de instâncias, associações, instituições e sindicatos que visassem questionar tal noção de liberdade a partir da consciência da natureza fundadora da luta de classe.

Mas o aprofundamento desse processo exigia uma destituição completa da gramática do conflito e da contradição objetiva. Ou seja, tratava-se de passar do social ao psíquico e levar sujeitos a não se verem mais como portadores e mobilizadores de conflitos estruturais, mas como operadores de performance, otimizadores de marcadores não

Material com direitos autorais

problematizados.[14] Para tanto, seria necessário que a própria noção de conflito desaparecesse do horizonte de constituição da estrutura psíquica, que uma subjetividade própria a um esportista preocupado com performances se generalizasse, e para isso a mobilização de processos de internalização disciplinar de pressupostos morais era fundamental. Por isso, as modalidades neoliberais de intervenção deveriam se dar em dois níveis, a saber, no nível social e no nível psíquico. Essa articulação se explica pelo fato de os conflitos psíquicos poderem ser compreendidos como expressões de contradições no interior dos processos de socialização e individuação. Eles são as marcas das contradições imanentes à vida social.[15]

Assim, em um primeiro nível, o Estado neoliberal agia de forma direta para desregular a vida associativa e sua força de pressão na partilha dos bens e das riquezas. Esse ponto foi explicitado de maneira precisa nas pesquisas de Grégoire Chamayou a respeito dos vínculos entre neoliberalismo e fascismo.[16] Por exemplo, pode parecer estranho para alguns que um dos pais do neoliberalismo, o economista Frederick Hayek, seja defensor explícito da tese da necessidade da ditadura provisória como condição para a realização da liberdade neoliberal. Lembremos um significativo trecho de uma entrevista dada ao jornal chileno *El Mercurio*, em 1981:

> Eu diria que, enquanto instituição de longo termo, sou totalmente contra ditaduras. Mas uma ditadura pode ser um sistema necessário durante um período de transição. Às vezes, é necessário para um país ter, durante certo tempo, uma forma de poder ditatorial. Como vocês sabem, é possível para um ditador governar de maneira liberal. E é possível que uma democracia governe com uma falta total de liberalismo. Pessoalmente, prefiro um ditador liberal a um governo democrático sem liberalismo.

"Às vezes" aparece aqui como indicação de uma possibilidade de uso sempre iminente, desde que a sociedade não se conforme às injunções econômicas neoliberais de forma passiva. Nesse sentido, notemos como 1981 era o ano em que a ditadura de Augusto Pinochet estava no auge. Hayek estava entusiasmado com a transformação do Chile no laboratório

Material com direitos autorais

mundial das ideias que ele, Milton Friedman, Gary Becker, Ludwig von Mises e outros pregavam com afinco. Em um impressionante documentário sobre a experiência neoliberal no Chile, *Chicago Boys* (2015), vemos a formação do grupo de economistas que implementaram o neoliberalismo em nosso continente pela primeira vez. Em dado momento, quando os entrevistadores perguntam ao futuro ministro da Economia de Pinochet, o Sr. Sergio de Souza, sobre o que ele sentiu quando viu o Palacio La Moneda ser bombardeado por aviões militares até a morte do então presidente Salvador Allende, ele afirma: "uma alegria imensa. Eu sabia que era isso que devia ser feito". Ou seja, essa é uma imagem explícita da maneira como a liberdade do mercado só poderia ser implementada calando todos os que não acreditam nela, todos os que contestam seus resultados e sua lógica. Para isso, seria necessário um Estado forte e sem limites em sua sanha para silenciar a sociedade da forma a mais violenta. O que nos explica por que o neoliberalismo é, na verdade, o triunfo do Estado, e não sua redução ao mínimo.

O uso da noção de ditadura provisória não será um desvio de rota. Hayek já havia deixado claro seu receio de uma democracia sem restrições, de onde se seguiam suas diatribes contra uma pretensa "democracia totalitária" ou uma "ditadura plebiscitária" (HAYEK, 1982, p. 4) que não respeitaria a tradição do império da Lei (*Rule of Law*). O respeito a tal *Rule of Law*, no qual encontraríamos a enunciação dos fundamentos liberais da economia e da política, seria o melhor remédio contra a tentação de sucumbir a um processo de barganha através do qual o Estado se transformaria na mera emulação de interesses múltiplos da sociedade, na mera coalização de interesses organizados. Fato que impediria o Estado de defender a liberdade (que, no caso, não é nada mais que a liberdade econômica de empreender e de possuir propriedade privada) contra os múltiplos interesses das corporações da vida social, submetendo assim a maioria ao interesse de minorias organizadas. Contra essa forma de submissão de meus interesses pelos interesses de outro, seria necessário que todos se submetessem a regras racionais e às forças impessoais do mercado, como se fosse questão de assumir uma

Material com direitos autorais

experiência de autotranscendência, uma Lei produzida pelos humanos e que os transcende.[17]

No entanto, submeter-se à pretensa racionalidade das leis da economia exige uma despolitização radical da sociedade, uma recusa violenta de seus questionamentos a respeito da autonomia do próprio discurso econômico em relação aos interesses políticos. Ou seja, tal submissão exige assumir a economia como a figura mesma de um poder soberano, provido de uma violência propriamente soberana. Nesse ponto, podemos encontrar a expressão da natureza política autoritária da economia neoliberal, e aqui se desenha o mesmo modelo de gestão social que podemos encontrar em teóricos do nazismo, como Carl Schmitt.[18]

A esse respeito, lembremos como é possível encontrar a gênese da noção de despolitização da sociedade, tão necessária à implementação do neoliberalismo, na noção fascista de "Estado total". Noção que, como compreendera Marcuse já nos anos 1930, nunca havia se contraposto ao liberalismo. Antes, era seu desdobramento necessário em um horizonte de capitalismo monopolista. Compreendendo como o fundamento liberal da redução da liberdade à liberdade do sujeito econômico individual em dispor da propriedade privada com a garantia jurídico-estatal que esta exige permanecia como a base a estrutura social do fascismo, Marcuse alertava para o fato de o "Estado total" fascista ser compatível com a ideia liberal de liberação da atividade econômica e forte intervenção nas esferas políticas da luta de classe. Daí por que:

> Os fundamentos econômicos desse trajeto da teoria liberal à teoria totalitária serão assumidos como pressupostos: repousam essencialmente na mudança da sociedade capitalista do capitalismo mercantil e industrial, edificado sobre a livre concorrência dos empresários individuais autônomos, ao moderno capitalismo monopolista, em que as relações de produção modificadas (sobretudo as grandes "unidades" dos cartéis, dos trustes etc.) exigem um Estado forte, mobilizador do todos os meios do poder (MARCUSE, 1997, p. 61).

Essa articulação entre liberalismo e fascismo fora tematizada por Carl Schmitt, pois vem de Schmitt a noção de que a democracia parlamentar,

Material com direitos autorais

com seus sistemas de negociações, tendia a criar um "Estado total".[19] Tendo de dar conta das múltiplas demandas vindas de vários setores sociais organizados, a democracia parlamentar acabaria por permitir ao Estado intervir em todos os espaços da vida, regulando todas as dimensões do conflito social, transformando-se em mera emulação dos antagonismos presentes na vida social. Contra isso não seria necessário menos Estado, mas pensar outra forma de Estado total: um Estado total "qualitativo", como dirá Schmitt. Nesse caso, um Estado capaz de despolitizar a sociedade, tendo força suficiente para intervir politicamente na luta de classes, eliminar as forças de sedição a fim de permitir a liberação da economia de seus pretensos entraves sociais.[20] Schmitt não quer um Estado planificador, mas um Estado capaz de garantir uma intervenção autoritária no campo político a fim de liberar a economia em sua atividade autônoma. Essa noção era extremamente presente no debate alemão do final dos anos 1920 e início dos anos 1930 e vem daí a perspectiva política de Hayek.[21]

Esse modelo distingue-se do "capitalismo de Estado" de Friedrich Pollock, na medida em que não se trata de uma regulação direta da atividade econômica visando à substituição do primado da economia pelo da administração, mas de uma regulação direta no campo político a fim de liberar a ação econômica de entraves. No entanto, ele se aproxima do modelo de Pollock na compreensão de que o eixo dos processos de gestão social estará fundado na procura em eliminar as contradições sociais através da gestão do campo econômico. Esse mesmo modelo poderá operar em chave tanto de democracia liberal quanto de regime autoritário. Se pudermos completar, essa indiferença vem do fato de os dois polos estarem menos longe do que se gostaria de imaginar. Na verdade, tanto em um caso como em outro os fundamentos da racionalização liberal, com sua noção de agentes econômicos maximizadores de interesses individuais, permanecia como a estrutura da vida social e dos modos de subjetivação, justificando toda forma de intervenção violenta contra tendências contrárias.

Desenhando pessoas

Material com direitos autorais

Mas isso nunca funcionaria se não houvesse outra dimensão dos processos de intervenção social. Dimensão na qual podemos encontrar um profundo trabalho de design psicológico, ou seja, de internalização de predisposições psicológicas visando à produção de um tipo de relação a si, aos outros e ao mundo guiada através da generalização de princípios empresariais de performance, de investimento, de rentabilidade, de posicionamento, para todos os meandros da vida.[22] Dessa forma, a empresa poderia nascer no coração e na mente dos indivíduos. Um design psicológico que só poderia ser feito através da repetição generalizada de exortações morais que nos levavam a compreender toda resistência a tal redescrição empresarial da vida como falta moral, como recusa em ser um "adulto na sala", em assumir a virtude da coragem diante do risco de empreender e abrir novos caminhos por conta própria. Algo que ressoa as análises de Weber a respeito do ideal empresarial como expressão da orientação puritana da conduta como missão. Não por outra razão conta-se constantemente a história de empresários que "desbravam" territórios infectados pela letargia e pelo marasmo, impondo corajosamente o gosto do risco e da inovação, como se estivessem imbuídos de um destino de redenção moral da sociedade.[23]

Esse ideal empresarial de si foi o resultado psíquico necessário da estratégia neoliberal de construir uma "formalização da sociedade com base no modelo da empresa" (Foucault, 2010, p. 222), o que permitiu à lógica mercantil, entre outras coisas, ser usada como tribunal econômico contra o poder público. Pois é fundamental ao neoliberalismo "a extensão e disseminação dos valores do mercado à política social e a todas as instituições" (Brown, 2007, p. 50). Como sabemos, a generalização da forma-empresa no interior do corpo social abriu as portas para os indivíduos se autocompreenderem como "empresários de si mesmos" que definem a racionalidade de suas ações a partir da lógica de investimentos e retorno de "capitais"[24] e que compreendem seus afetos como objetos de um trabalho sobre si tendo em vista a produção de "inteligência emocional"[25] e otimização de suas competências afetivas. Ela permitiu ainda a "racionalização empresarial do desejo" (Dardot; Laval, 2010, p. 440), fundamento normativo para a internalização de

Material com direitos autorais

um trabalho de vigilância e controle baseado na autoavaliação constante de si a partir de critérios derivados do mundo da administração de empresas. Essa retradução total das dimensões gerais das relações inter e intrasubjetivas em uma racionalidade de análise econômica baseada no "cálculo racional" dos custos e benefícios abriu uma nova interface entre governo e indivíduo, criando modos de governabilidade muito mais enraizados psiquicamente.

Notemos ainda que essa internalização de um ideal empresarial de si só foi possível porque a própria empresa capitalista havia paulatinamente modificado suas estruturas disciplinares a partir do final dos anos 1920. A brutalidade do modelo taylorista de administração de tempos e movimentos, assim como a impessoalidade do modelo burocrático weberiano, havia paulatinamente dado lugar a um modelo "humanista" desde a aceitação dos trabalhos pioneiros de Elton Mayo, fundados nos recursos psicológicos de uma engenharia motivacional na qual "cooperação", "comunicação" e "reconhecimento" se transformavam em dispositivos de otimização da produtividade.[26] Essa "humanização" da empresa capitalista, responsável pela criação de uma zona intermediária entre técnicas de gestão e regimes de intervenção terapêutica, com um vocabulário entre a administração e a psicologia, permitiu uma mobilização afetiva no interior do mundo do trabalho que levou à "fusão progressiva dos repertórios do mercado com as linguagens do eu" (Illouz, 2011, p. 154). As relações de trabalho foram "psicologizadas" para serem mais bem geridas, até chegar ao ponto em que as próprias técnicas clínicas de intervenção terapêutica começaram por obedecer, de forma cada vez mais evidente, a padrões de avaliação e de gerenciamento de conflitos vindos do universo da administração de empresas.[27] As técnicas de *steps*, de foco, de gerenciamento de "capital humano", de "inteligência emocional", de otimização de performance que tinham sido criadas nas salas de recursos humanos das grandes empresas agora faziam parte dos divãs e consultórios. Nem todos tinham percebido, mas não estávamos apenas falando como empresários de nós mesmos. Estávamos transformando tal forma de organização social em fundamento para uma nova definição de normalidade psicológica. Nesse sentido, tudo que fosse

Material com direitos autorais

contraditório em relação a tal ordem só poderia ser a expressão de alguma forma de patologia. Patologizar a crítica era simplesmente mais um passo.

Note-se ainda como esse tópico da generalização da forma-empresa é, ao mesmo tempo, a descrição das formas hegemônicas de violência no interior da vida social. Pois a empresa não é apenas a figura de uma forma de racionalidade econômica. Ela é a expressão de uma forma de violência. A competição empresarial não é um jogo de críquete, mas um processo de relação fundado na ausência de solidariedade (vista como entrave para o funcionamento da capacidade seletiva do progresso), no cinismo da competição que não é competição alguma (pois baseada na flexibilização contínua de normas, nos usos de toda forma de suborno, corrupção e cartel), na exploração colonial dos desfavorecidos, na destruição ambiental e no objetivo monopolista final. Essa violência pede uma justificação política, ela precisa se consolidar em uma vida social na qual toda figura da solidariedade genérica seja destruída, na qual o medo do outro como invasor potencial seja elevado a afeto central, na qual a exploração colonial seja a regra.

O que é uma categoria clínica?

Esse tópico da conformação dos ideais psicológicos à forma-empresa foi largamente debatido pela literatura especializada. Mas há um ponto pouco explorado para o qual gostaria de chamar a atenção. Essa criação de um discurso híbrido entre economia e psicologia como fundamento para os regimes de gestão social implicou a reconfiguração completa do que poderíamos chamar de "gramática do sofrimento psíquico". Pois, para serem realmente internalizadas, tais disposições de conduta não deveriam ser apenas ideais normativos. Elas deveriam também reconfigurar nossa forma de compreender e classificar os processos de sofrimento. Não basta gerir o centro, há de se saber gerir as margens, configurar as formas possíveis do afastamento da norma.

Lembremos inicialmente que modelos socioeconômicos são animados não apenas por proposições a respeito do modo de

Material com direitos autorais

funcionamento de sistemas econômicos de produção e consumo. Como eles devem também determinar a configuração de seus agentes racionais, definindo com isso um conjunto de comportamentos, modos de avaliação e justificativas a serem internalizados pelos agentes que se queiram reconhecidos, tais modelos não podem ser abstraídos da força de produção de uma psicologia que lhe seja própria, quer dizer, de uma figura antropológica, fortemente reguladora, a ser partilhada por todos os indivíduos que aspiram a ser socialmente reconhecidos. Tais modelos definem padrões de individuação a partir da racionalidade que eles procuram realizar. No interior de tais padrões encontramos sistemas profundamente normativos de disposição de conduta, de produção de afetos e de determinação das formas de sofrimento. Nesse sentido, podemos dizer que modelos socioeconômicos são modelos de governo e gestão social de subjetividades, por isso, não podem ser compreendidos sem sua capacidade de instauração de comportamentos e modos subjetivos de autorregulação. Eles não podem ser elucidados sem a gestão de uma psicologia que lhes é inerente.

Isso significa dizer que não se sofre da mesma forma dentro e fora do neoliberalismo. Essa modificação implica a eliminação de dimensões dinâmicas da doença. Pois o sofrimento psíquico guarda uma dimensão de expressão de recusa e de revolta contra o sistema social de normas.[28] Uma revolta que se expressa nas três dimensões do que entendemos comumente por forma de vida, a saber, o desejo, a linguagem e o trabalho. Já Hegel insistia, em sua *Fenomenologia do espírito*, nos vínculos orgânicos entre a lei do coração e o delírio da presunção, ou seja, entre a revolta contra a ordem social que sai ao mundo em vista de grandes transformações e o delírio de quem vê suas intenções serem continuamente invertidas pelo curso social.

A disciplina social neoliberal deve anular tal dimensão de revolta que se exprime no sofrimento psíquico. Por isso, ela deve reconstruir completamente o que podemos chamar de "gramática social do sofrimento". Não por acaso, a ascensão do neoliberalismo nos anos 1970 é seguida por uma modificação brutal das formas de descrição e categorização do sofrimento psíquico. Essa modificação consolida-se

Material com direitos autorais

através do advento da terceira edição do *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM-III), no final dos anos 1970: manual de psiquiatria que representa uma ruptura profunda com uma gramática social do sofrimento que, até então, dava paulatinamente espaço à consciência da dimensão conflitual dos processos de socialização próprios à sociedade capitalista.

Alguns gostam disso que poderíamos chamar de "descrição redentora" do desenvolvimento das ciências em geral e da psiquiatria em particular. Tais descrições passam, inicialmente, pela defesa de alguma forma de "salto tecnológico" que teria impulsionado modificações decisivas no campo de uma ciência determinada. Modificações essas que colocariam tais saberes em um processo de ajuste especular ao mundo, ou seja, de aproximação realista ao mundo fora de nós. Como se o destino das ciências fosse serem verdadeiros espelhos da natureza. No caso da psiquiatria e das clínicas do sofrimento psíquico, tal salto tecnológico teria sido dado pelo desenvolvimento da farmacologia, a partir, principalmente, dos anos 1950.

No entanto, não devemos esquecer como há uma vasta literatura que procura evidenciar aquilo que poderíamos chamar de "a natureza não realista" de conceitos em operação no saber próprio às clínicas do sofrimento psíquico.[29] Normalmente, tais pesquisas visam mostrar como estamos diante de problemas que vão além de questões de cunho estritamente epistemológico, pois se referem também à análise do sistema de valores que estaria presente em modalidades de intervenção clínica, assim como do seu impacto na produção dos objetos que deveriam descrever. Pois devemos nos perguntar se as orientações que guiam perspectivas hegemônicas de intervenção clínica são neutras em relação a valores. Se elas não são neutras, então é o caso de se perguntar se a gênese de tais valores que dirigem nosso horizonte de cura não exigiria uma perspectiva ampliada de análise na qual modalidades de orientação clínica são compreendidas no interior de sistemas de influência compostos por discursos de forte teor normativo advindos de campos exteriores a práticas terapêuticas, como a cultura, a moral, a estética, a política e a racionalidade econômica. Trata-se, nesses casos, de não

Material com direitos autorais

fornecer às questões clínicas o estatuto de problemas autônomos, mas de reinscrevê-las no interior do sistema de circulação de valores que compõem as várias esferas da vida social como um sistema de implicação constante.

Isso traria como consequência, entre outras, a compreensão de que categorias clínicas não são "tipos naturais" (*natural kinds*), mas *tecnologias de intervenção na estrutura psíquica a partir de valores.* Ou seja, a configuração e o limite de uma categoria clínica não é resultado da identificação de predicados diferenciais naturais acessíveis em um campo independente da estruturação de nossa linguagem. Na verdade, eles resultam das tecnologias que temos para produzir modificações na estrutura psíquica a partir de valores que procuramos implementar. Categorias clínicas não são estruturas descritivas, mas processos performativos.

Essa é a consequência de aceitarmos a produtividade de perspectivas caracterizadas como "nominalistas dinâmicas", ou seja, fundadas na defesa de o campo de intervenção clínica diante do sofrimento psíquico ser animado pela instauração de categorias classificatórias com força performativa capaz de organizar retroativamente fenômenos no interior de quadros descritivos que servem não apenas como quadros de produção de sentido para as experiências singulares de sofrimento, mas também como quadros indutores de efeitos posteriores, processo de performatividade retroativa chamado de "efeito de *looping*". Nesse sentido, lembremos Ian Hacking, para quem uma patologia mental não descreve uma espécie natural, como talvez seja o caso de uma doença orgânica como câncer ou mal de Parkinson. Ela cria performativamente uma nova situação na qual sujeitos se veem inseridos.[30] Fato compreensivo se aceitarmos que categorias clínicas ligadas à descrição do sofrimento psíquico são objeto de elaboração reflexiva e discursiva por parte dos próprios sujeitos que elas visam descrever. Tal reflexão é capaz de produzir um nível significativo de reorientação de ações e condutas, sejam elas conscientes, sejam involuntárias. Nesse sentido, classificações de sofrimento psíquico não são "espécies indiferentes", como são aquelas usadas para descrever fenômenos do mundo físico, mas "espécies

Material com direitos autorais

interativas", ou seja, há uma interação entre categorias e objetos através da apropriação autorreflexiva e da posterior modificação dos objetos. Por fim, como o fundamento atual da nossa tecnologia de intervenção clínica é farmacológica, a configuração das categorias tenderá a ter a conformação do espectro de atuação do fármaco em questão.

Uma nova gramática social do sofrimento

Este parêntese é útil principalmente quando nos deparamos como um dado cronológico que merece atenção. O desenvolvimento de neurolépticos a partir da síntese da clorpromazina, que terá efeitos fundamentais no tratamento da esquizofrenia, e de antidepressivos data do início dos anos 1950, graças principalmente às pesquisas de Henri Laborit, Jean Delay e Pierre Deniker. Mas a guinada na reconfiguração em profundidade das categorias clínicas só ocorrerá em 1980, quando vir à luz o DSM-III. Nesses 30 anos em que o desenvolvimento farmacológico não chegará a abalar nossa forma de falar do sofrimento psíquico, dois fatos dignos de nota ocorrem. Eles talvez digam mais a respeito do que vemos atualmente na psiquiatria do que a teoria do impacto do salto tecnológico.

O primeiro deles é a transformação do hospital psiquiátrico em um verdadeiro campo de batalha. A partir do fim da Segunda Guerra, o saber psiquiátrico conhecerá movimentos cada vez mais fortes de questionamento de sua própria natureza. Algumas questões que nunca haviam sido postas começaram a aparecer: o que é um hospital psiquiátrico e em que medida ele não é solução, mas parte do problema? As relações médico-paciente, nesse caso, não deveriam ser também compreendidas como relações de poder que reproduzem dinâmicas de poder em outras esferas da vida social? Não haveria uma dimensão fundamental de revolta na loucura que deveria ser abordada em sua força produtiva, que diz muito a respeito dos limites próprios a nossas formas de vida? Pois se aceitarmos que a vida psíquica é na verdade um setor da vida social, com suas dinâmicas de internalização de normas, ideais e de princípios de autoridade, por que não se perguntar como tais processos

Material com direitos autorais

sociais nos fazem sofrer, como eles podem estar na base das reações que irão levar sujeitos a hospitais psiquiátricos e consultórios?

Para muitos, essas questões atualmente parecem imersas em certo romantismo e ingenuidade. Tanto é assim que elas pouco são ouvidas em nossos departamentos de medicina. Mas principalmente entre os anos 1950 e 970 elas tiveram um impressionante impacto no desenvolvimento da psiquiatria. Movimentos como a antipsiquiatria de David Cooper, Robert Laing e Thomas Szasz, a análise institucional de François Tosquelles, do grupo de La Borde, de Enrique Pichon-Rivière, as reformas propostas no sistema manicomial italiano por Franco Basaglia: todos eles pareciam indicar a emergência de um processo irreversível de reconsideração do lugar social da loucura, assim como da relação entre normalidade e patologia. Isso implicava modificar radicalmente os modos de tratamento. Lembremos, a esse respeito, como entre 1950 e 1974 o número de sujeitos internados em hospitais psiquiátricos cai pela metade (de 500 mil para 215 mil) (Demazeux, 2013, p. 27). A *relação terapêutica* e suas estruturas de poder tendia a ir para o centro do tratamento, restringindo qualquer desenvolvimento do controle farmacológico dos sintomas.[31] A crítica ao lugar social da psiquiatria parecia levá-la a uma certa "crise de legitimidade" que não deixava de ressoar certa fragilidade do horizonte normativo em geral no interior de nossas formas de vida sob o capitalismo. A liberação da loucura de formas de internamento e intervenção disciplinar é figura maior de uma sociedade não mais comprometida com os padrões regulares de reprodução material da vida.

O segundo fenômeno que ocorrerá no campo da clínica até o início dos anos 1980 será a prevalência da psicanálise como horizonte fundamental de referência clínica, inclusive para a psiquiatria. No início dos anos 1960, mais da metade dos chefes de departamento de psiquiatria das universidades norte-americanas eram membros de sociedades psicanalíticas. A noção psicanalítica do sofrimento psíquico como expressão de sistemas de conflitos e de contradições nos processos de socialização e de individuação, conflitos esses que mostravam muitas vezes a natureza contraditória, problemática e traumática de nossas

Material com direitos autorais

próprias instituições e estruturas (como a família, o casamento, o mundo do trabalho, a escola, a igreja, a sexualidade), foi um elemento decisivo não apenas para compreender o que era o sofrimento psíquico, mas também para mobilizar certo horizonte crítico a respeito dos custos de nosso processo civilizacional, dos problemas imanentes a nossas formas de vida na sociedade capitalista. Lembremos como o eixo de organização do DSM-I era a noção de "reação", vinda da psicobiologia de Adolf Meyer. Ou seja, o sofrimento psíquico era analisado a partir de sua estrutura relacional em relação às injunções normativas do meio.

Tenhamos em mente esses dois fenômenos quando procurarmos melhor compreender o que estava de fato em jogo na ruptura nos padrões de classificação de doenças mentais e formas de sofrimento psíquico no final dos anos 1970. Pois tais fenômenos indicam como o campo da clínica do sofrimento psíquico estava em rota de assumir a relação entre contradições imanentes às estruturas institucionais da vida social (família, hospital, Estado, escola, entre tantos outros) e produção de sofrimento psíquico, produção da vida psíquica como espaço de expressão da recusa à aceitação dos quadros normativos que nos governam.[32] Essa articulação sempre foi e será politicamente explosiva, pois leva à conscientização de transformações institucionais profundas tendo em vista a luta contra o sofrimento psíquico e social.

Normalmente, a justificativa oficial das modificações produzidas a partir do DSM-III tem a forma da produção de um mero quadro classificatório dotado de neutralidade axiológica. Certo conflito de interpretações reinaria no campo do diagnóstico do sofrimento psíquico até então. Daí a dificuldade em ter um quadro unificado que permitiria chegarmos às mesmas conclusões diagnósticas. Nesse sentido, o melhor seria eliminar toda reflexão etiológica em prol de descrições sindrômicas convergentes.[33] Na verdade, podemos dizer que a "neutralidade" do DSM-III procurava realizar três ambições: "ultrapassar as clivagens ideológicas através da ciência, colocar entre parênteses a questão etiológica para se concentrar em descrições clínicas, reformar o vocabulário diagnóstico evitando ao máximo as inferências" (Demazeux, 2013, p. 156).

Material com direitos autorais

O resultado foi um processo de reconfiguração completa da forma de descrever o sofrimento psíquico, cujos principais fatores são: o desaparecimento das neuroses como quadro compreensivo principal para a determinação do sofrimento psíquico; a individualização das depressões (que escapa da estrutura mania-depressão) e sua ascensão como quadro principal de descrição de sofrimento psíquico; a ascensão das patologias narcísicas e *borderlines*; a elevação da esquizofrenia a condição de "psicose unitária", categoria geral de organização do campo das antigas psicoses.

Essas modificações estruturais, no entanto, estão longe de ser neutras em relação a valores. Na verdade, essa seria uma tarefa impossível a partir do momento em que transtornos mentais foram caracterizados, entre outros, como: "risco significativamente aumentado de sofrimento, morte, dor, deficiência ou perda importante de liberdade" (American Psychiatric Association, 2002, p. 29). Até segunda ordem, "liberdade" nunca foi um conceito clínico, mas um conceito carregado de ressonâncias filosóficas, além de ser ponto extremo de embates a respeito de visões de mundo contraditórias entre si.

Não é difícil perceber qual "liberdade" aparece aqui como horizonte regulador e disciplinar. Mesmo que tal definição não apareça mais no DSM-V, ela continua pressuposta quando o transtorno mental é caracterizado como síndrome responsável por distúrbios clinicamente significativos na cognição individual, na regulação emocional e no comportamento e que refletiria disfuncionamento em processos biológicos, psicológicos ou de desenvolvimento. Pois devemos nos perguntar sobre a natureza disciplinar de uma "liberdade" que pressupõe padrões clinicamente observáveis de regulação emocional, de cognição e de desenvolvimento.

É claro que tais padrões não têm marcadores biológicos precisos e certamente nunca terão. Afinal, apenas para ficar em um exemplo pedagógico, seria possível encontrar marcadores biológicos para o transtorno de personalidade histriônica? Seus critérios diagnósticos (baseados na noção de desregulação emocional) são, entre outros, "desconforto em situações nas quais ele ou ela não é o centro das atenções", "uso constante da aparência física para chamar a atenção para

Material com direitos autorais

image not available

mais a unidade sintética da personalidade. A linha entre normalidade e patologia é funcionalmente definida, e a personalidade é o verdadeiro marcador desse processo. Tal linha é clara, e nada passa de um lado a outro. Linhas claras, divisões estritas, lugares determinados. Mesmo que a personalidade não seja um fator biológico, mas uma construção social. Dessa maneira, a forma estrutural da personalidade, com suas ilusões de autonomia, de individualidade e de unidade, a mesma personalidade que será necessariamente encarnada na figura do médico como autoridade não problemática, aparece como o elemento estrutural na exclusão da produtividade imanente às experiências de multiplicidade no interior da vida psíquica.

Note-se que não é um acaso que a unidade tenha se tornado a determinação funcional fundamental e única para a distinção entre normalidade e patologia em um momento histórico como o nosso. Em uma situação social no qual todos os setores da vida são indexados a partir de uma visão unitária baseada na generalização da racionalidade econômica, na generalização de uma mesma gramática da experiência para todas as esferas da ação humana, o quadro clínico fundamental para a definição do sofrimento psíquico não poderia ser outro além exatamente da perda da capacidade de organizar as dimensões da vida a partir de um princípio geral de unidade, de coerência e de síntese. As formas de sofrer aparecem como impossibilidades de operar uma reconversão geral da vida a partir da abstração geral da unidade e da síntese, abstração essa que será agora vista como "liberdade". Dessa forma, o neoliberalismo nos levou a sofrer de outra forma, procurando retirar de nosso sofrimento psíquico a consciência potencial da violência social.

Referências

ADORNO, T. *Ensaios de psicologia social e psicanálise*. São Paulo: Unesp, 2016.

ADORNO, T. *Soziologische Schriften*. Frankfurt: Suhrkamp, 1972.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Diagnostic And Statistical Manual Of Mental Disorders: DSM-5*. Arlington: APA, 2013.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais IV*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Material com direitos autorais

image not available

em meio aos problemas sociais desencadeados pela Revolução Industrial, e a escola marginalista de economia, que surge no contexto da recessão dos anos 1870. Essas crises sistêmicas, que se inserem na lógica mesma de funcionamento do capital, foram respondidas com teorias totalmente centradas no indivíduo. A hipertrofia da ação individual chega a seu ponto máximo na doutrina neoliberal, cuja expressão mais significativa é o conceito de "capital humano", associado principalmente ao nome de Gary Becker, da Escola de Chicago. Esse conceito implica uma relação a si mesmo marcada pela exigência de autovalorização constante, mediada pela lógica da mercadoria. Num quadro de extrema heteronomia, os indivíduos são alçados a agentes autônomos, capazes de agir livremente para satisfazer seus interesses. Sendo cada um convertido em "capital", os sujeitos passam a se compreender como empresas submetidas à insegurança típica da dinâmica dos mercados. Em uma sociedade competitiva, os indivíduos comparam e hierarquizam constantemente coisas e pessoas, sendo eles mesmos passíveis de (des)classificação a todo momento. "Especialista dele mesmo, empregado dele mesmo, inventor dele mesmo, empresário dele mesmo: a racionalidade neoliberal pressiona o eu a agir sobre ele mesmo no sentido de seu próprio reforço para seguir na competição. Todas as atividades devem se comparar a uma produção, a um investimento, a um cálculo de custo. A economia se torna uma disciplina pessoal" (Dardot; Laval, 2010, p. 412).

Esse investimento extremo sobre si e suas capacidades aparece, ao mesmo tempo, como plena realização individual e como disciplina inflexível – tomando aqui disciplina em sentido lato. Quando o indivíduo é colocado como centro da dinâmica, na verdade pesa sobre ele com máximo vigor uma lei externa, a lei da valorização do capital. Ao internalizá-la, é o próprio indivíduo que passa a exigir de si mesmo ser um empreendedor bem-sucedido, buscando "otimizar" o potencial de todos os seus atributos capazes de ser "valorizados", tais como imaginação, motivação, autonomia, responsabilidade. Essa subjetividade ilusoriamente inflada provoca inevitavelmente, no momento de seu absoluto esvaziamento, frustração, angústia associada ao fracasso e autoculpabilização; a patologia típica nesse contexto é a depressão.[36] A

Material com direitos autorais

image not available

extensão, que diz respeito ao número daqueles que são afetados (BENTHAM, 1879, p. 29-30). Em Mill, a dimensão do cálculo ganha uma amplitude ainda maior de aplicação. Ele esforça-se para demonstrar que o qualitativo também está sujeito a certo tipo de cálculo. Ou seja, mesmo aquilo que evidencia uma qualidade diferente na ação, como a atividade intelectual, o gozo estético ou o exercício da virtude, é passível de cálculo. "A economia política", sustenta Mill (1844, p. 144), "pressupõe uma definição arbitrária do homem como um ser que, inevitavelmente, faz aquilo através do qual ele pode obter a maior quantidade de itens necessários, comodidades e luxos com a menor quantidade de labor e sacrifício físico com a qual estes podem ser obtidos". Ou seja, na concepção do *homo œconomicus*, a vida reduz-se às operações de troca e rentabilidade.

O utilitarismo representa o ideário da burguesia urbana ascendente na Inglaterra e "proporcionou o mais cortante dos machados radicais com que se poderia derrubar as instituições tradicionais que não sabiam responder às triunfantes perguntas: É racional? É útil? Contribui para a maior felicidade do maior número de pessoas?" (HOBSBAWM, 2010, p. 373). Seus adeptos atuaram de forma politicamente engajada em favor das transformações sociais em curso na Inglaterra. Muitos registros de discussões parlamentares mostram como os argumentos em favor da liberalização econômica eram pautados em larga medida por essa tradição teórica.

Os seguidores de Bentham lutaram no Parlamento contra os antigos privilégios aristocráticos e tentaram instituir seus princípios de classe, a saber, as liberdades individuais, de propriedade e comércio. Afinal, tratava-se de agir segundo o cálculo das condições da maior felicidade para o maior número, entendida como o cálculo da maior riqueza para o maior número de beneficiários possível. É bem verdade, no entanto, que a crise econômica das décadas de 1830 e 1840 e o aumento exponencial do número de miseráveis na Inglaterra mostraram que a utilidade não era um vínculo social tão permanente e confiável para a ampla maioria da população inglesa.

Material com direitos autorais

image not available

Além de expressar uma nova ordem social, o utilitarismo forneceu alternativas, tanto teóricas como práticas, a uma situação de crise que se manifestava no aumento da miséria na primeira metade do século XIX. De modo análogo, a "escola marginalista" de economia surgiu como tentativa de dar conta da crise do capitalismo em sua época. Tradicionalmente, sua origem é vinculada à publicação, quase simultânea, no começo da década de 1870, dos trabalhos de Stanley Jevons, Léon Walras e Carl Menger. Partindo da matriz utilitarista, os marginalistas concebem os mercados como sendo baseados no cálculo do valor-utilidade. Trata-se, assim como no utilitarismo, de uma concepção dos processos econômicos centrada no indivíduo, e não nos processos objetivos do capital: o que prevalece é a busca individual pela maximização de seu bem-estar. De modo geral, é possível dizer que o marginalismo constitui uma alternativa à economia política clássica, de Smith e David Ricardo, assim como à crítica a ela feita por Karl Marx. A centralidade do valor das mercadorias não está, para ele, no *quantum* de tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-las (como preconizavam os clássicos), mas na função entre sua utilidade para os consumidores e sua quantidade disponível.

O *homo œconomicus* marginalista consiste na redução, subjetiva e individualista, do consumidor à capacidade de ordenar suas preferências e efetuar escolhas alternativas em vista da maximização de sua satisfação global. Abstraído de seu contexto, sua classe social e a totalidade do sistema, esse sujeito reflete algo da dinâmica do capitalismo financeiro, então em pleno desenvolvimento. Nesse contexto, ajusta-se plenamente a uma concepção centrada nas escolhas individuais do agente que investe, compra e vende. O marginalismo aparece, assim, como uma doutrina coerente a essa espécie de grande cassino que é o mercado financeiro ascendente.

Segundo os marginalistas, a utilidade de um bem não somente é variável em relação aos indivíduos, mas também difere, para um mesmo indivíduo, segundo a quantidade disponível desse bem no momento que ele aprecia sua utilidade. Um bem amplamente disponível, como o ar, não tem valor algum, ainda que ele seja extremamente útil. Em outras

Material com direitos autorais

image not available

economia subjetivista moderna", afirma Mises (1998, p. 3), "converteu a teoria de preços de mercado numa teoria geral da escolha humana". Nesse sentido, a *escolha* do agente portador de dinheiro no mercado se configura como a própria essência da ação humana. "A 'liberdade de escolher' se identifica de fato à obrigação de obedecer a uma conduta de maximização em um quadro legal, institucional, regulamentar, arquitetural, relacional, que deve precisamente ser construído para que o indivíduo escolha 'com toda liberdade' o que ele deve obrigatoriamente escolher no seu próprio interesse" (DARDOT; LAVAL, 2010,p. 300). Aquilo que é preconizado como liberdade de escolha revela-se, portanto, como coerção a certa conduta, condizente aos princípios da ação de valorização do capital. Eis o pressuposto para a harmonia entre indivíduo e sociedade, agente e mercado.

À diferença do utilitarismo, o marginalismo introduz a ideia de que os mercados tendem a uma situação de equilíbrio, total ou parcial. Essa tese é curiosa, na medida em que ela foi formulada justamente em um momento em que a economia sofria o que é chamado por alguns autores de Longa Depressão, dos anos 1870 aos anos 1890. Walras idealizou uma situação de concorrência perfeita, em que nenhuma troca deve ser feita sem que sejam conhecidas todas as condições e que todos os agentes ajam livremente para aumentar seus lances e oferecer em liquidação. O mercado é, assim, concebido como um pregão, onde os compradores aumentam seus lances e os vendedores oferecem seus bens em liquidação. Em outros termos, a concorrência perfeita supõe *informação perfeita* e *livre iniciativa*, condições que conduziriam ao equilíbrio.

O mundo se reduziria, portanto, a esse vasto mercado geral composto de diversos mercados específicos em que a riqueza social é vendida e comprada, e, para nós, trata-se de reconhecer as leis segundo as quais essas vendas e compras tendem por si próprias a serem feitas. Para isso, supõe-se sempre um mercado perfeitamente organizado em relação à concorrência, como a mecânica pura supõe máquinas sem atrito (WALRAS, 1996, p. 34). A centralidade da ação individual é, pois, associada à abstração de toda disfuncionalidade objetiva. É nisso que consiste a "economia pura" formulada por Walras. Se a satisfação

Material com direitos autorais

image not available

> rendimento menos custo. Realizar um lucro é invariavelmente o objetivo de toda ação. Se uma ação não atinge aos objetivos visados, o rendimento ou não excede os custos, ou lhes é inferior. Neste último caso, o resultado é uma perda, uma diminuição de satisfação. Lucro e perda, neste sentido original, são fenômenos psíquicos e, como tal, não são suscetíveis de medição nem podem ser expressos de uma maneira tal que informe a outras pessoas quanto à sua intensidade. Uma pessoa pode dizer que *a* lhe convém mais do que *b*; mas não pode informar a outra pessoa, a não ser de maneira vaga e imprecisa, em que medida a satisfação obtida de *a* excede a obtida de *b* (MISES, 2010, p. 349).

Note-se que o pressuposto fundamental da praxeologia é que toda e qualquer ação tem por objetivo realizar um lucro, alçado a "fenômeno psíquico". A praxeologia consiste em uma descrição em termos grosseiramente antropológicos do *homo æconomicus*. "Ação e razão são congêneres e homogêneas; podem até ser consideradas dois aspectos diferentes da mesma coisa" (MISES, 2010, p. 67). A razão humana e a razão do mercado são uma e a mesma, sendo, portanto, o mercado um resultado necessário de toda ação humana. O que verificamos fora do domínio racional é um dado natural – como os instintos e o que se denomina inconsciente. Podemos entender, assim, a recusa de Mises ao comportamentalismo, na medida em que este interpreta a ação como uma resposta a estímulos do ambiente, sem acentuar a agência consciente na escolha dos meios.

Para Mises, à diferença dos animais, os seres humanos são racionais e agem segundo premissas lógicas que excluem os instintos e as emoções para obter maior eficácia na ação. O ser humano seria capaz de reprimir certos desejos para satisfazer outros que sejam alcançáveis: "O homem não é um fantoche de seus apetites" (MISES, 2010, p. 41). A racionalidade humana derivaria da lógica, seria um dado *a priori*: condições intelectuais de pensamento, necessárias e inevitáveis, anteriores a qualquer momento real de concepção e experiência, pois "é impossível à mente humana conceber relações lógicas diferentes de sua estruturação lógica" (p. 50). A relação de causalidade, o princípio de não contradição

Material com direitos autorais

image not available

contrário dos chamados modelos "coletivistas", em que se "isenta o indivíduo da responsabilidade" e "não pode deixar de ser antimoral nos seus efeitos, por mais elevados que sejam os ideais que o geram" (HAYEK, 2010, p. 199). O mesmo diz Mises (2010, p. 158): "Planejar as ações das outras pessoas significa impedi-las de planejar por si próprias, significa privá-las de sua qualidade essencialmente humana, significa escravizá-las. A grande crise de nossa civilização é o resultado deste entusiasmo por planejamento total". Ora, as injunções do mercado condicionam toda ação dentro da sociedade onde o que vigora é a lei do capital. Dessa perspectiva, todo discurso acerca da liberdade individual recai em ideologia, como aquele que promove "a independência e a fé em si mesmo, a iniciativa individual e a responsabilidade pela solução de problemas em nível local, a justificada confiança na atividade voluntária, a não-interferência nos assuntos dos vizinhos e a tolerância para com os excêntricos e os originais, o respeito pelo costume e pela tradição e uma saudável desconfiança do poder e da autoridade" (HAYEK, 2010, p. 201).

Inevitavelmente, a leitura desse trecho nos faz lembrar a famosa carta enviada por Hayek ao jornal inglês *The Times*, na qual afirma: "Isso não significa, contudo, que em algumas circunstâncias históricas a liberdade pessoal não esteve mais bem protegida sob governos autoritários do que democráticos". Como exemplos, ele fornece as ditaduras de Salazar em Portugal e Pinochet no Chile. "Mais recentemente eu não consegui achar uma só pessoa até no Chile que não concordaria que a liberdade pessoal era muito maior sob Pinochet do que foi sob Allende" (HAYEK, 1978). A tal "saudável desconfiança do poder e da autoridade", em realidade, refere-se aos poderes que se contrapõem, de uma maneira ou de outra, às injunções da liberdade econômica, e a única autoridade a ser obedecida é a da lei do mercado.

A liberdade, para Hayek, consiste em se curvar à instância do mercado, pois "a única alternativa à submissão às forças impessoais e aparentemente irracionais do mercado é a submissão a um poder igualmente incontrolável e, portanto, arbitrário de outros homens" (HAYEK, 2001, p. 210). O mercado seria uma instância supraindividual que reúne todo o conhecimento de que carecem seus participantes, mas

Material com direitos autorais

image not available

Estados Unidos numa recessão e contribui decisivamente para a vitória de Reagan no ano seguinte). Alcançar o consentimento necessário para as grandes transformações em curso, revertendo estruturas de proteção e direitos sociais, depende do convencimento, apoiado, entre outros elementos, em formulações teóricas. Estas são fundamentais para a legitimação de uma nova ordem e, por consequência, para o exercício do poder.

Sob o neoliberalismo, a ordem do mercado aparece para o sujeito como o palco da realização de uma série de valores, sob a condição de que ele participe do jogo da concorrência e otimize suas capacidades competitivas. Assim, "a interiorização de normas de performance, a autovigilância constante para se conformar aos indicadores, a competição com os outros são os ingredientes dessa 'revolução de mentalidade' que os 'modernizadores' querem operar" (DARDOT; LAVAL, 2010, p. 398). Embora essa nova mentalidade resulte em sofrimento para os sujeitos, carregados de expectativas, descolados de suas condições objetivas e totalmente responsabilizados por seus fracassos, ela é capaz de mobilizar afetos e ganhar adesão social.

Há ainda de se lembrar que o neoliberalismo se impõe ou de forma claramente violenta e autoritária (como no Chile) ou no interior de uma lógica que procurou quebrar o ímpeto de transformações radicais e críticas na sociedade do trabalho, em alta desde o final dos anos 1960, através de perseguição policial. Sempre bom lembrar como os anos 1970 e final dos 1960 conhecerão leis de emergência em países centrais como Itália e Alemanha e ditaduras capitalistas em toda a América Latina. Reagan não sobe graças às suas virtudes e às virtudes de suas ideias, mas devido ao inestimável auxílio da humilhação mundial aos Estados Unidos e ao governo Jimmy Carter no caso da embaixada norte-americana no Irã. A lógica da guerra será rapidamente absorvida na vida cotidiana dos governos neoliberais de Thatcher (Guerra das Malvinas, que salvou sua popularidade dos resultados sociais catastróficos de sua política) e Reagan (retorno da Guerra Fria, Guerra nas Estrelas). Não é possível compreender o sucesso da liberdade neoliberal sem a mobilização contínua do militarismo e suas situações de exceção. Todo

Material com direitos autorais

image not available

Time. Boston: Beacon Press, 2001.

RÜSTOW, A. Soziale Marktwirtschaft als Gegenprogramm gegen Kommunismus und Bolschewismus. *In*: HUNOLD, A. (Hrsg.). *Wirtschaft ohne Wunder*. Erlenbach: Rentsch, 1953. p. 97-127.

SIGOT, N. Jevons's Debt to Bentham: Mathematical, Economy, Morals and Psychology. *The Manchester School*, v. 70, n. 2, p. 262-278, Mar. 2002.

SMITH, A. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Indianapolis: Liberty Classics, 1981. v. 1.

SMITH, A. *The Theory of Moral Sentiments*. Indianapolis: Liberty Fund, 1984.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa, v. 2: A maldição de Adão*. Trad. Renato Busatto Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WALRAS, L. *Compêndio dos elementos de economia política pura*. Trad. João Guilherme Vargas Netto. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

Material com direitos autorais

image not available

dificuldade de conceptualização. O cerne disso parece residir na eleição da coerção como fonte de todos os males e do livre-mercado como a condição de nossa liberdade. Mesmo alguém como Hayek, preocupado com o rigor e a fundamentação de suas reflexões, indica se enredar em tais problemas numa obra importante que retomaremos mais à frente, *Os fundamentos da liberdade*, na qual nos apresenta a seguinte definição: "E o principal objetivo da liberdade é oferecer ao mesmo tempo a oportunidade e o incentivo para assegurar a utilização máxima do conhecimento que um indivíduo possa adquirir" (Hayek, 1983, p. 87). Além de nos dar uma "curiosa definição" epistêmica (Mirowski, 2014, p. 83), Hayek parece promover um deslocamento ao condicionar a liberdade do indivíduo à do mercado. Expedientes como esse evidenciam isso que Harvey (2009, p. 197), evocando Karl Polanyi, denominou "degradação neoliberal do conceito de liberdade", que preconiza a plena liberdade para os detentores de propriedade e a parca liberdade para os que apelam aos direitos democráticos para se defender daqueles. Degradação, portanto, que atinge o centro do ideário neoliberal.

Trata-se, por um lado, de uma noção absolutamente central na ideologia propagandística do neoliberalismo, especialmente quando se considera que o pensamento neoliberal foi cunhado, em grande parte, num movimento de oposição a defesas de planificação econômica. Nesse sentido, podemos perceber em Ayn Rand, por exemplo, um tom belicoso em que a liberdade é, antes de qualquer coisa, evocada como uma bandeira e uma acusação contra os que não possuem a coragem de abraçar sua própria causa, tornando-se um fardo a ser carregado por heroicos empreendedores. Assim, ao passo que, numa espécie de extremo, vemos o emprego dessa noção acontecer de maneira mais panfletária e popularesca, noutro extremo vemos autores mais rigorosos como Hayek compreenderem a liberdade como uma questão epistêmica. Aliás, esse é um traço que pode ser depreendido de duas obras contemporâneas – *Os fundamentos da liberdade*, de Hayek, e *Sociedade aberta e seus inimigos*, de Karl Popper –, em que não só a defesa da liberdade é apresentada como, antes de tudo, uma defesa de ideias, mas, mais que isso, a liberdade é ela mesma entendida como um efeito de

Material com direitos autorais

image not available

Liberdade e *igualdade*, sabe-se, foram os emblemas das repúblicas modernas liberais. No século XVIII, França e Inglaterra iniciaram o que seriam os dois eixos da tradição que tem na liberdade seu maior valor. Hayek considera que, em sua versão inglesa, a liberdade teria nascido espontaneamente de processos sociais e do nascimento de novas instituições; na versão francesa, por outro lado, há uma utopia que orienta sua busca. Justamente esse viés utópico, pensa Hayek, seria a causa do fracasso dos intentos libertários franceses. No século XIX, porém, essas duas facetas modernas da liberdade passaram a convergir nas sociedades de pendor iluminista.

Para o pensador austríaco, liberdade é valor a ser sublinhado como cerne das sociedades ocidentais. Ao contrário dela, na igualdade estaria subjacente um ideal de coletivismo. Igualdade incompatível, por conseguinte, com horizontes livres nos quais a esfera individual deve prevalecer. Hayek admite a igualdade apenas perante a lei. Nessa concepção jurídica, os homens só se diferenciam no interior de uma ordem espontânea, articulada pelo exercício da livre-concorrência. Emancipar-se não significa posse de todos os bens desejáveis nem ausência de dificuldades, mas se arriscar no jogo do mercado:

> [...] podemos ser livres e, mesmo assim, infelizes. Liberdade não implica a posse de todos os bens ou a ausência de dificuldades. É certo que ser livre pode significar liberdade de morrer de fome, de cometer erros que redundarão em perdas ou, ainda, de correr riscos mortais. No sentido em que empregamos a palavra, o mendigo sem vintém que leva uma vida precária, baseada na constante improvisação, é, realmente, mais livre que o conscrito com toda sua segurança e relativo conforto. Mas, se a liberdade, portanto, nem sempre pode parecer o melhor de todos os outros bens, ainda assim se trata de um bem distinto, que necessita de um nome distinto (HAYEK, 1983, p. 14).

De que liberdade se trata, porém, é pergunta que não cabe nem mesmo quando essa lógica abarca como sendo válida até a existência mendicante. Atacar o sistema liberal em nome de um mundo melhor é temerário, alerta o autor. Na verdade, segundo ele, deve-se percorrer o

Material com direitos autorais

image not available

ou de uma sociedade coletivista, tem de ser abandonada. Para ele, programas desse tipo teriam como alvo a maior segurança, necessariamente contrária às liberdades individuais.

Conservar a liberdade depende da não intervenção no funcionamento do mercado. No longo prazo, ações intervencionistas alterariam, para ele, não apenas dinâmicas do mercado, mas mais especialmente aspectos de ordem psicológica; "a mais importante transformação que um controle governamental amplo produz [...] é uma alteração no caráter do povo – o controle da economia produz uma alteração psicológica em um povo" (Hayek, 2010, p. 19). Mudanças desse gênero nas aspirações de um povo significariam, assim, o valor da segurança acima do da liberdade. Grupos específicos, contemplados por programas sociais independentes dos resultados comerciais, seriam responsáveis por restringir o valor da liberdade:

> E quando só se pode optar entre a segurança numa posição de dependência e a extrema precariedade numa situação em que tanto o fracasso como êxito são desprezados, poucos resistirão à tentação da segurança ao preço da liberdade. Tendo-se chegado a esse ponto, a liberdade torna-se quase um objeto de escárnio, pois só pode ser alcançada com o sacrifício de grande parte das boas coisas da vida. Nessas condições, não surpreende que um número cada vez maior de pessoas se convença de que sem segurança econômica a liberdade "não vale a pena" e se disponha a sacrificar esta em troca daquela (Hayek, 2010, p. 136).

Desse modo, o autor busca apontar que esse horizonte de segurança, baseado em modelos de planificação da economia, não só é perigoso para a liberdade individual, como também pode criar uma sociedade na qual, em nome da segurança econômica oferecida por um governo necessariamente autoritário, despreza a liberdade como valor fundamental.

Analisemos brevemente tais argumentos à luz da clássica crítica marxiana. Em uma nota de rodapé do volume I de *O capital*, Marx (1996, p. 206) escreve:

Material com direitos autorais

image not available

Escola de Chicago, Milton Friedman, notamos que se trata de uma noção mal definida, embora hiperinflacionada. De fato, a ideia que figura no título dos dois livros mais célebres do autor, *Capitalismo e liberdade* e *Livre para escolher*, não apresenta contornos bem delineados. Procuraremos aqui indicar as razões dessa obscuridade a partir da investigação da relação entre a importante noção de liberdade – tão capital que é alardeada como a grande promessa do neoliberalismo pelos seus principais construtores – e as ideias da maximização do lucro e de insuficiência do conhecimento, centrais no pensamento de Friedman.

Em Friedman, conseguimos vislumbrar de maneira particularmente clara essas dificuldades, mas, antes de analisá-las, devemos, ainda, repisar o conceito de liberdade negativa enunciado por Berlin, já que tal conceito se encaixa perfeitamente numa concepção como a de Friedman (Hirschmann, 2015; Mirowski, 2014; Smith, 1998). A partir dessa distinção, passemos a um olhar mais detido sobre a acepção de liberdade na obra mais conhecida de Friedman, *Capitalismo e liberdade*.

Armado de tal acepção negativa da liberdade, Friedman é explícito ao vinculá-la ao conceito de *cooperação*. Para o autor, tal conceito abarcaria a possibilidade de distanciamento frente à *coerção*, que seria o maior impedimento em direção à real liberdade. Tal *cooperação* só seria possível, entretanto, numa sociedade voltada à troca, em detrimento da produção para consumo próprio:

> Em sua forma mais simples, tal sociedade consiste num certo número de famílias independentes – por assim dizer, uma coleção de Robinson Crusoés. Cada família usa os recursos que controla para produzir mercadorias e serviços, que são trocados por bens e serviços produzidos por outras famílias, na base de termos mutuamente convenientes para as duas partes. Cada família está, portanto, em condições de satisfazer suas necessidades, indiretamente, produzindo bens e serviços para outras, em vez de diretamente – pela produção de bens para seu uso imediato. O incentivo para a adoção desse caminho indireto é, sem dúvida, a produção aumentada pela divisão do trabalho e pela especialização das funções. Uma vez que a família tem sempre a alternativa de produzir diretamente para seu consumo, não

Material com direitos autorais

image not available

empreendimento econômico tornaria impossível a afiliação de todos seus processos sob uma única bandeira.

A resposta proposta por Friedman, entretanto, absorve com astúcia essas críticas, sem confrontá-las. É inegável que um fato econômico contém variáveis tão diversas que seria, de fato, impossível tê-las todas em consideração em qualquer estudo ou teoria que pretenda tratar de um fenômeno amplo. Porém, isso não importa. Segundo o economista, esses "desvios", ou simplesmente a ignorância de um funcionário que age de um jeito sem saber o que será produzido com isso, isso tudo é simplesmente irrelevante numa abordagem ampla, uma vez que essa força motriz central da maximização dos lucros seria tão mais importante para a evolução dos fatos que esses outros fenômenos poderiam ser simplesmente desconsiderados. É assim, portanto, que o economista propõe a ideia do "como se": não importa se uma firma não funciona, em todos os seus processos, visando à maximização do lucro; ainda assim, essa maximização tem uma prevalência tão grande que podemos considerar que a firma se estrutura "como se" visasse a isso em todos os seus processos, e assim produzir resultados importantes com essa racionalidade.

É nesse sentido que essa proposta epistemológica de Friedman será considerada instrumentalista, uma vez que abandonaria certa propensão metodológica de buscar uma correspondência realista entre teorias e realidade, permitindo-se partir de bases (ao menos em parte) irrealistas para chegar a resultados relevantes. Entretanto, é possível ir um pouco mais longe se considerarmos que tipo de matriz psicológica baseia sua proposta.

É curioso notar que tal proposição é relativamente contemporânea e solidária à ideia de Hayek sobre a insuficiência do conhecimento sobre o indivíduo, que remonta a seu livro *The Sensory Order*, em que se debruça sobre temas da psicologia e do que hoje chamaríamos de filosofia da mente. "Relativamente" porque, embora publicado somente no início dos anos 1950, tal livro havia sido escrito pelo austríaco na década de 1920. Na verdade, por um lado, as respostas dos dois economistas para o problema da incapacidade de produzir explicações e previsões completas

Material com direitos autorais

image not available

Para Rand, em consonância com os demais autores considerados neoliberais, liberdade é, em princípio, uma noção negativa: é a ausência de coerção de indivíduos sobre indivíduos e do Estado sobre indivíduos. Como a liberdade se dá, objetivamente, relaciona-se diretamente com a questão dos direitos do indivíduo, cuja garantia é a única função válida para o Estado, que tem por dever "protegê-lo da violência física – proteger seu direito à sua própria vida, sua própria liberdade, sua própria propriedade e a busca de sua própria felicidade" (RAND, 1991, p. 44). Como, para a autora, sem o direito de propriedade nenhum outro é possível, a liberdade não existe sem tal direito. Assim, o capitalismo seria o único sistema capaz de garantir as condições necessárias para que os direitos individuais fossem respeitados, sendo, assim, o único meio possível no qual o propósito moral da vida, a felicidade individual, poderia ser alcançado. O caminho para a felicidade passaria necessariamente pela liberdade de busca da própria felicidade, que, por sua vez, seria conduzida pela ética objetivista, cuja virtude máxima é o egoísmo. O coletivismo, em qualquer forma, por ser fundamentado em uma moral altruísta, fatalmente conduziria o indivíduo ao sofrimento pela renúncia, em última instância, da liberdade: "seu dever ético é ser escravo abnegado, sem direitos e destituído de voz" (RAND, 1991, p. 46). Pode-se então dizer que a moral altruísta representa, para Rand, a condenação e a renúncia aos direitos individuais, e o coletivismo – enquanto forma de organização coercitiva na qual o social prevalece sobre o indivíduo –, por conseguinte, é a perda dos direitos de propriedade em geral e, portanto, a perda da liberdade.

Em muitos pontos, como a defesa da liberdade individual como princípio máximo e do combate do princípio da igualdade – naquilo que esta implica políticas de bem-estar social –, é grande a concordância entre Rand e Hayek, como é possível constatar do já exposto sobre este último. No entanto, há uma oposição epistemológica entre ambos que levou Rand a romper com Hayek e seu grupo. Essa oposição pode ser percebida na centralidade da razão objetiva na filosofia randiana. Enquanto Hayek enfatiza a importância de certa irracionalidade (inconsciência) como reguladora das relações entre os indivíduos e o

Material com direitos autorais

image not available

atribuída à lei em cada caso classifica a liberdade: a lei permissiva em relação aos cidadãos e proibitiva no que toca ao governo protege a esfera privada do abuso estatal e configura a liberdade negativa; em contrapartida, a lei imperativa aos cidadãos teria por finalidade, mediante de obrigações positivas comuns, "tornar possível a recíproca cooperação entre os homens que convivem em grupo" (Bobbio, 2003, p. 111), caracterizando o que seria a liberdade positiva. Por um lado negativo, a liberdade é contrária a qualquer coerção; por outro, positivo, a liberdade é "a combinação das coerções exercidas sobre os que são fortes com as proteções dos que são mais fracos" (Dardot; Laval, 2014, p. 61).

Enquadrar, portanto, a noção de liberdade em Rand na negatividade da primeira hipótese significa que, em vez de imputar ao Estado a efetividade de direitos, este é apenas responsável por proporcionar o direito à *busca* individual para que cada um atue rumo ao seu próprio sucesso. Conforme a escritora, o sacrifício de um homem em prol de outros importa na desvalorização social daqueles que atingiram a eficaz gestão de si – os quais, para ela, deveriam ser moralmente enaltecidos, sob pena do apocalíptico mundo da escravidão generalizada fazer com que eles desapareçam. Não sem importância, esse é nada menos que o tema do romance mais famoso da escritora, *A revolta de Atlas* – isto é, o sumiço dos homens produtivos retratado como desastre social.

Cumpre observar que a lógica por trás desse pensamento é familiar a certo modo de darwinismo social. À luz do panorama da doutrina liberal traçado por Dardot e Laval, em autores como Spencer e Comte, em linhas gerais, vigorava a ideia de um evolucionismo em que "o ponto decisivo que permite a passagem da lei da evolução biológica para suas consequências políticas é a prevalência na vida social da luta pela sobrevivência" (Dardot; Laval, 2014, p. 52). O sumiço dos homens produtivos é o cataclisma de Rand, porque eles espelham a legitimidade de toda uma lógica de eliminação seletiva, tida como libertária e vitoriosa, em detrimento de uma lógica de promoção igualitária, equiparada à indulgência, que coloca toda a humanidade no saco abjeto de uma espécie fraca e covarde diante da natureza.

Material com direitos autorais

image not available

programas de pesquisa em direito e economia, saúde, fertilidade e família são, em parte, um tributo à influência de Becker, tanto nos Estados Unidos quanto em diversos outros países (NELSON, 2001, p. 167).[42]

Os objetos das pesquisas de Becker foram frequentemente temas polêmicos, como discriminação, crime, adições. Seu pensamento se direcionou ao questionamento constante de valores convencionais da sociedade (NELSON, 2001, p. 135). Duas de suas últimas pesquisas, por exemplo, foram estudos sobre as vantagens da legalização do comércio de órgãos de pessoas vivas e de cadáveres, bem como a comercialização de vistos de imigração e autorizações de trabalho por meio de leilões.

A despeito de inicialmente ter sido recebido de forma cética pelo *establishment* das ciências econômicas, Becker alcança uma imensa influência intelectual e profissional entre os economistas. A importância de seu pensamento para o *mainstream* econômico é flagrante. Entre 1990 e 1998, ele foi o autor mais citado em artigos acadêmicos de economia, muito à frente do segundo lugar, Robert Lucas, outro integrante da Escola de Chicago e Prêmio Nobel de Economia em 1995 (NELSON, 2001, p. 116).

No âmbito de pensadores neoliberais, Gary Becker pode ser situado na primeira geração herdeira da Sociedade de Mont Pèlerin, uma vez que foi orientado, em Chicago, por Milton Friedman, que foi um dos convocados por Friedrich Hayek para a reunião na cidade suíça em 1947, da qual fizeram parte Karl Popper, Lionel Robbins e Ludwig von Mises, entre outros.

A abordagem de Becker, ao propor expandir o método de análise convencional dos fenômenos econômicos para aqueles do comportamento humano, acaba por estabelecer uma relação importante e distinta entre duas matrizes: a matriz epistemológica, ligada ao núcleo mais positivista das ciências econômicas; e a matriz psicológica, presente e operante de modo implícito nos seus modelos econômicos do comportamento humano e que se reduz a um pressuposto bastante simples: o da maximização de utilidade comandada por um sistema de preferências individuais estáveis e bem comportadas.[43]

Material com direitos autorais

image not available

concepção do *tempo* como um dos recursos alocados pela maximização de utilidade. O sujeito passa a figurar, assim, como um processo ininterrupto de escolhas.

De fato, esse artifício metodológico permite que a maximização de utilidade constitua um sistema fechado, que seja uma totalidade; faz com que ela não deixe restos, que comande todo e qualquer comportamento e que envolva, em cada ação, um custo de oportunidade. Assistir a uma peça de teatro, por exemplo, não custaria somente o valor monetário do ingresso, mas também o tempo gasto nessa atividade, o qual poderia ser usado em algo produtivo. Decorre disso: (1) que não há qualquer instante que escape à escolha, pois sempre se pode fazer algo diferente daquilo que se faz; (2) em nenhuma ação e em nenhum instante esse sujeito se livra do peso de incorrer em custos; e (3), se se escolhe a todo instante, então se maximiza a utilidade ininterruptamente. Becker, assim, sustenta que, analogamente à energia na física, a máxima utilidade sempre se conserva, mesmo que não seja passível de ser percebida ou medida; a escolha e a maximização de utilidades acontecem, inclusive, à revelia da consciência dos indivíduos (Becker, 1990, p. 7). Dessa forma, o enunciado que se põe implicitamente é: se os recursos são escassos, isso é, se não dispomos da infinidade dos bens, de ânimo e de tempo, então estamos condenados, antes de tudo e a cada instante, a exercer a liberdade de escolher como alocar nossas provisões, de modo a reproduzir a utilidade máxima.

Denota-se, ainda, que a conjunção entre individualismo metodológico e o primado da maximização faz com que as preferências – entendidas como o sistema de valores individuais – só possam ser conhecidas após serem *reveladas* pelo ato de escolher. Significa dizer que não existiria um "em-nome-de", uma condição externa que valorize ou comande *ex ante* as escolhas. Se o sujeito escolhe lazer em vez de trabalho, não há nada mais que se possa considerar, senão que a revelação dessa preferência é a manifestação de um indivíduo autônomo e livre (e, nesse sentido, íntegro).

Não há meta-escolha no método econômico que municie Becker na análise do comportamento humano. Questionar a primazia da escolha,

Material com direitos autorais

image not available

diante do outro. Não é necessário "responder" ao outro, senão que a um cálculo de custo-benefício.

Além disso, as possibilidades de escolha são consideradas em um só plano, no qual não há perspectiva, hierarquia etc. Não há diferença formal entre grandes e pequenas decisões. Nesse sentido há uma segunda horizontalização, a que diz respeito aos objetos do desejo. Objetos de escolha como vida ou morte, casamento ou celibato, filhos ou patrimônio são também horizontalizados e, independentemente da intensidade das emoções envolvidas, funcionam segundo a mesma gramática, os mesmos princípios econômicos.

A função metodológica da teoria de sujeito de Becker coloca a matriz psicológica deste para além da discussão. De fato, a assunção de que as ações humanas sejam sempre e exclusivamente maximizadoras de utilidade funciona como uma petição de princípio. Do ponto de vista de seus efeitos políticos, nossa tese é de que o monopólio de tal visão do sujeito concebe uma forma específica de alienação, forma essa que encobre a submissão passiva do sujeito ao "conjunto de escolhas possíveis" e à inescapabilidade de se produzir nessas escolhas. Observe-se, contudo, que o controle desse "conjunto de escolhas possíveis" jamais está à mão dos sujeitos supostamente livres. Vemos aqui uma forma de poder que se realiza sobre os sujeitos precisamente à medida que estes se entendem e agem como livres, o que é o elemento-chave da forma de poder silenciosa e individualizada que Foucault descreveu sob a expressão *poder pastoral* (Silva Junior, 2019).

Ademais, se Becker declara que a economia é um método de abordar todo e qualquer comportamento humano, temos de admitir que esse método vingou. Isto é, a abordagem inventada pela economia cresceu em relação a outras abordagens sociológicas e psicológicas, na cultura, nas ciências e na política, implicando uma revolução epistemológica sem precedentes. Contudo, trata-se de um método que, ao se definir como "escolha racional entre objetivos excludentes visando à maximização de utilidades", traz consigo um olhar sobre o humano que chama mais a atenção por aquilo que ele exclui do que por aquilo pelo que ele se define.

Material com direitos autorais

image not available

inquietante coincidência do surgimento e ressurgimento entre os quadros *borderline* e o neoliberalismo, ou mesmo a partir daquilo que podemos chamar de legitimação retroativa, relativamente presente na lógica de afirmação da validade das escolhas feitas em todos os autores.

De maneira, geral, o que se percebe a partir de uma leitura mais detida desses autores que são ainda tidos como grandes referências do pensamento neoliberal é que se a questão da liberdade pode ser localizada enquanto um elemento central das diversas teorias do sujeito e matrizes psicológicas mobilizadas, a variedade de modos de emprego também parece exercer uma função. Se tomamos, por exemplo, a distância existente entre a psicologia implícita na obra de Becker e o culto à liberdade proprietária que parece animar os comentários psicológicos dos textos de Rand, salta aos olhos que teorias tão díspares – tanto em sua complexidade como em seus resultados – não pareçam produzir qualquer tipo de contradição. Como se houvesse uma paleta de matrizes psicológicas no pensamento neoliberal, cujos matizes possam ser ativados de acordo com objetivos pontuais. Nesse sentido, se as narrativas de Rand parecem fornecer munição para embates rasteiros em que é preciso atacar a opressão presente em qualquer movimento que se mostre não totalmente alinhado à defesa da propriedade privada, algo similar e ao mesmo tempo extremamente diferente pode ser reconhecido em Friedman e Hayek: o primeiro, num discurso mais gerencial, sustentando o mito fundador da maximização do lucro enquanto ponto inegociável em torno do qual orbita a defesa da liberdade; o segundo, menos preocupado em inspirar e mais com tentativas de explicação, na localização de uma noção de liberdade negativa enquanto solução para os embates possíveis dentro de uma teoria psicológica em que a incompletude irremediável do conhecimento só pode ser tratada pela desregulamentação e pela aposta no livre-mercado. Em Becker, por sua vez, há uma virada sofisticada em que a aquilo que seria o motivo de embate para os outros três é simplesmente naturalizado enquanto uma petição de princípio, como se a partir dessa suposta superação de debates metafísicos sobre os fundamentos da liberdade fosse possível se restringir

Material com direitos autorais

image not available

A PRODUÇÃO NEOLIBERAL DO SOFRIMENTO

Material com direitos autorais

image not available

crescente de transtornos mentais e dos índices de suicídio. Seguindo a tradição preventiva da organização, o documento alerta que a depressão, dentro de 20 anos, tornar-se-á a principal causa de incapacitação, e que por essa razão deveríamos, como sociedade, voltar nossos esforços para superar tal situação. Aqui, notamos ainda a psiquiatria sendo convocada enquanto sua função terapêutica.

Mas, ao longo do texto, a dimensão econômica vai ganhando progressivo destaque frente à dimensão social. É assim que o principal argumento da OMS para justificar o investimento em saúde mental passa a ser uma série de cálculos, um corolário de dados quantitativos que dão corpo ao chamado *burden* (ônus/fardo) da saúde mental[53] (Rose, 2018; WHO, 2002). Nesses números, a OMS compreende não somente as mortes prematuras, mas também inferências sobre aquilo que o indivíduo deixa de produzir por ser acometido pelo transtorno.[54] Essa inovação metodológica é uma passagem importante, já que, em saúde mental, os transtornos não apenas impactam na expectativa de vida, mas muitas vezes reduzem ou mesmo destituem as pessoas de sua capacidade produtiva.

Essa alteração admirável da racionalidade psiquiátrica não pode ser compreendida senão em íntima ligação com o desenvolvimento do neoliberalismo, ligação que dá inteligibilidade ao progresso do seu campo. Note-se que bibliografia sobre essa relação mostra a existência de diversas formas de trabalhá-la:

Uma primeira forma de estudar as relações entre a psiquiatria e o sistema econômico parte da ideia de uma patogênese da cultura neoliberal enquanto tal. Assim, fenômenos associados com o desenvolvimento do neoliberalismo, tais como a solidão (Cacioppo Capitanio; Cacioppo, 2014), a dissolução dos limites entre vida doméstica e trabalho, e o avanço da lógica da competição, superação e produtividade em todas as esferas da vida (Fisher, 2009; Berardi, 2003; 2009; Marazzi, 2012; Monbiot, 2016; Dardot; Laval, 2017) estariam entre os grandes responsáveis pelas novas formas de sofrimento psíquico e a consequente necessidade de intervenção psiquiátrica. Além disso, diversos estudos nos lembram de como transtornos psiquiátricos são

Material com direitos autorais

image not available

curso no mundo médico que estariam aliadas com mutações socioculturais mais amplas da pós-modernidade. Para Gray, a medicina moderna manteve um foco muito unilateral na dimensão médica das doenças e seu tratamento, deixando de lado toda uma demanda relacionada a desconfortos que não se relacionavam a uma nosografia estipulada. Assim, a medicina hegemônica não estaria respondendo a uma demanda de saúde que não se restringe à cura de doenças, mas pede pela promoção de bem-estar.[58]

Para chegar ao *enhancement* com plenos direitos e poderes, contudo, a psiquiatria teve de passar por dois momentos anteriores que tivemos também de tratar no nosso texto.

O primeiro deles é o do processo de biologização da psiquiatria. Veremos como o sujeito da psiquiatria biológica passa a ser entendido como autônomo em relação ao contexto histórico e social que o circunda. Nesse domínio, exclui-se a possibilidade de pensar a dimensão social como campo produtor de patologias psíquicas e, portanto, de intervenção psiquiátrica. Ainda, veremos como esses esforços de biologização se encontram com a matriz da psiquiatria do *enhancement*.

Outro desenvolvimento importante na história recente da psiquiatria para entendermos as tecnologias de *enhancement* na disciplina foi a extensão sem precedentes do campo. Dos anos 1970 em diante vivemos uma crescente patologização da vida cotidiana, na qual os sujeitos cada vez mais passam a nomear sua experiência psíquica balizados nas diretrizes diagnósticas dos grandes manuais psiquiátricos. O transtorno mental se vê livre dos muros do hospício e ganha todas as esferas sociais.

Só então teremos as ferramentas necessárias para entender o fenômeno do *enhancement*. Como veremos, aqui a psiquiatria deixa de operar em uma lógica "marginalidade x norma". O norte das intervenções psiquiátricas não é mais o da adaptação do sujeito desviante aos moldes sociais padronizados. Não há mais um conflito entre aspirações e desejos pessoais e os imperativos sociais normativos, mas sim uma sinergia entre esses vetores rumo a autorrealização, que faz coro a ordem econômica de produção.

Material com direitos autorais

image not available

um paciente em determinado diagnóstico tem como critério a verificação de certos sinais e sintomas ao longo de um tempo determinado. Importante notar que, apesar da ausência de etiologia para a constituição dos diagnósticos, havia uma aposta de que eles apresentavam um correlato biológico identificável, e que, com os avanços técnicos da disciplina, ou de disciplinas correlatas, como a neurologia, tais correlatos seriam encontrados.

Mas essa aposta não se confirmou. Pelo contrário: com a patente fragilidade dos critérios eminentemente fenotípicos, vemos, desde a publicação do DSM-IV, em 1994, uma preocupação da comunidade psiquiátrica com a objetividade de seus diagnósticos, ou seja, com a possibilidade de atribuir a eles um fundamento biológico.

Frente à deficiência da descrição da listagem fenotípica para a realização de um diagnóstico válido, o passo pretendido nesse momento seria a inclusão, para além dos sinais e sintomas observáveis, dos almejados *indicadores biológicos/biomarcadores*. Ainda que a quarta edição do manual mantivesse a abordagem fenotípica para a construção dos diagnósticos, essa mudança movimentou toda uma agenda em pesquisas dentro da psiquiatria.

Entre a quarta e a quinta edição do manual, a APA, organização responsável pela construção e divulgação do manual, lançou um importante documento chamado *Research Agenda for DSM 5* (Kupfer; First; Regier, 2002). Como o nome deixa claro, tratava-se de uma agenda de pesquisas que deveria guiar a construção da edição vindoura. Os pesquisadores envolvidos puderam refletir para além dos moldes diagnósticos do DSM IV/IV-TR e pensar assim o futuro da psiquiatria ante os novos desenvolvimentos no campo.

Vemos que, já na introdução, os autores declaram que uma das razões deste documento era a constatação de que o modelo diagnóstico do DSM, até então chamado de *neokraepeliniano*, produziu avanços tímidos demais na identificação de bases orgânicas para os transtornos psiquiátricos (Kupfer; First; Regier, 2002). A crença de que a delimitação cada vez mais precisa dos transtornos pela covariação dos

Material com direitos autorais

image not available

cada vez mais adequadamente no decorrer da pesquisa. Dentro do paradigma do RDoC, são esses sistemas e suas partes que serão candidatos a espécies naturais, aquilo que há de natural e constante no funcionamento humano (Akram; Giordano, 2017).

Tanto os domínios quanto os constructos que constam hoje nas diretrizes do RDoC foram deliberados a partir de uma série de congressos que reuniram pesquisadores da psiquiatria, da psicologia e da neurologia, obedecendo a três critérios: (1) Evidências de um construto funcional comportamental ou psicológico, (2) Evidências de um sistema ou circuito neural que tenha um papel central na implementação da função, e (3) Uma relação putativa a algum problema clínico ou sintoma (Akram; Giordano, 2017).

Atualmente, o projeto descreve seis domínios principais do funcionamento humano, e dentro de cada domínio há uma série de constructos que podem ser componentes comportamentais, processos, mecanismos etc. Os domínios atuais são *valência negativa* (inclui constructos como medo, ansiedade, perda), *valência positiva* (inclui resposta ao reforço, saciação), *cognição* (inclui atenção, percepção, memória), *processos sociais* (apego, comunicação social), *sono-vigília* e *sensório-motor*. Cada constructo pode ser analisado dentro de várias "unidades de análise" (genética, molecular, comportamental, psicométrica, entre outras). É possível entender esses domínios como analogias com os sistemas funcionais do corpo, como o sistema digestório, excretor etc. (Akram; Giordano, 2017).

No que diz respeito à clínica, embora esse projeto – que é ainda e fundamentalmente uma orientação de pesquisa – não esteja próximo desse ponto, a hipótese é de que as patologias poderão ser descritas como desequilíbrios no funcionamento de diferentes partes dos vários sistemas. Isso está em consonância com um princípio anunciado pelo RDoC de que todo constructo e elemento de análise deve ser avaliado a partir de uma visão dimensional, da normalidade às patologias:

> O RDoC incorpora uma abordagem dimensional explícita de psicopatologia, como denominado em muitas análises recentes de psicopatologia. No entanto, em contraste com as visões que

Material com direitos autorais

> enfatizam a dimensionalidade principalmente como uma função da gravidade dos sintomas, o RDoC está comprometido em estudar a "variação total, do normal ao anormal". Em alguns casos, apenas uma extremidade de uma dimensão pode envolver um comportamento problemático (por exemplo, raramente é provável que se queixem de uma memória notável ou visão aguçada), mas muitas vezes os dois extremos de uma dimensão podem ser considerados "anormais" – por exemplo, uma completa falta de medo pode estar associada a comportamento agressivo ou psicopático, e o extremo oposto da busca de recompensas diminuída pode ser mania (CUTHBERT; INSEL, 2013, p. 5).

Isso implica que as avaliações em saúde mental se distanciam da busca por índices explicitamente patológicos e se expandem para a mensuração do que seriam os sistemas emotivos e cognitivos fundamentais humanos em toda sua amplitude. Assim, constructos como "medo", "autoconhecimento" e "controle cognitivo", por exemplo, seriam objetivados em medidas biológicas ou psicométricas e, por conseguinte, poderiam vir a ter uso diagnóstico e preventivo. É possível imaginar, por exemplo, que uma medida de "resposta inicial ao reforço" desregulada já poderia, em certas circunstâncias, justificar o início de um tratamento psiquiátrico preventivo, antes mesmo da aparição de qualquer sintoma.[63]

Assim, a iniciativa RDoC tende a ser citada na literatura do campo psi (ROSE, 2018), sobretudo da psiquiatria, como "revolucionária" (AKRAM; GIORDANO, 2017). No entanto, autores mais moderados atrelam a revolução potencial dessa iniciativa à capacidade de o campo neurocientífico trazer, de fato, descrições acuradas e definições dos mecanismos de interação entre o neural e o ambiental nos estados de normalidade e anormalidade investigados pela psiquiatria (AKRAM; GIORDANO, 2017).

Agora já temos elementos suficientes para avaliar criticamente esses recentes desenvolvimentos da psiquiatria biológica. Em primeiro lugar, cabe apontar que, ainda que a iniciativa RDoC represente uma radicalização no processo de biologização da psiquiatria, o DSM, em sua

Material com direitos autorais

aposta de achar os correlatos orgânicos das suas categorias diagnósticas, já operava com um pano de fundo biológico.

Consequências da psiquiatria biológica: uma avaliação crítica desse modelo de racionalidade psiquiátrica

A presença de uma seção chamada "Transtornos mentais orgânicos" no DSM-III poderia nos levar a supor que exista uma divisão no manual entre os transtornos psiquiátricos de base orgânica e os outros, que não teriam esse fundo biológico. Porém, somos logo alertados de que a delimitação dessa classe não implica que os outros transtornos classificados pelo manual não teriam uma base orgânica, apenas que elas ainda não tinham sido identificadas (Bezerra Junior, 2014). Essa aposta na possibilidade de identificar a base biológica para os transtornos fica evidente ao constatarmos as numerosas pesquisas em busca das bases genéticas ou cerebrais de quadros definidos pelo DSM (Rose, 2013).

Notemos: o que está efetivamente presente na postura metodológica e científica da comunidade psiquiátrica hegemônica é uma hipótese, razoável, de que a covariação dos sintomas clínicos e a relativa estereotipia do curso das doenças psiquiátricas indicariam que os quadros teriam uma base biológica passível de determinação. O que ocorre tacitamente, porém, é que tanto a comunidade científica como a sociedade civil passam a operar com a crença de que transtornos mentais são transtornos fundamentalmente biológicos e, assim, impossíveis de serem compreendidos por heurísticas pautadas em um aporte histórico, sociológico, relacional etc. Como aponta Rose (2013), o biológico acaba sendo, na psiquiatria, o refúgio do transcendental e, assim, campo privilegiado de ocultamento das mediações sociais e políticas dos fenômenos psíquicos.

Um exemplo bem ilustrativo desse processo pode ser visto na compreensão leiga do autismo ao longo das décadas. Houve uma reação muito acalorada à compreensão psicanalítica do autismo, como ocorreu, por exemplo, com o conceito de "mãe geladeira", de Kanner e Bettelheim, popularizado nos anos 1960, e a atribuição do autismo à frieza das mães, fato que até hoje gera querelas e ressentimentos,

Material com direitos autorais

principalmente por parte dos familiares. O enraizamento do diagnóstico em questões relacionais, familiares e da história pessoal da criança que a psicanálise fez foi visto como uma afronta e uma acusação por esses pais. Ainda que possamos discutir o quanto essa compreensão leiga da etiologia psicanalítica do autismo é apressada, o ponto fundamental aqui é ver como esses pais se mobilizaram, desde os anos 1990, em associações que efetivamente financiavam pesquisas científicas na busca pelos determinantes biológicos da doença e têm uma atividade importante de divulgação de todo achado científico que aponte nessa direção (Rose, 2013, p. 302). Rose vê aí uma manifestação localizada da essencialização e da desistoricização que o biologicismo na psiquiatria promove, permitindo a abstração do psíquico de seus processos sociais e históricos constitutivos.

Também enxergamos esse movimento no fenômeno da desresponsabilização, cada vez mais frequente na clínica. Os pacientes chegam ao consultório descrevendo a si mesmos pelo diagnóstico psiquiátrico que receberam e entendendo sua "condição" (como depressivo, bipolar, *borderline* etc.) como um fato isolado, sem qualquer relação com sua vida, uma vez que, afinal de contas, trata-se não de um problema dele, mas de processos orgânicos deficitários em seu cérebro (Silva Junior, 2016; Vidal; Ortega, 2019; Rose, 2018; Carvalho *et al.*, 2020). Vemos nesses exemplos como categorias em ciências humanas estão longe de ser meras descrições de um mundo real objetivo. Elas têm um efeito performativo sobre os objetos que designam, criando roteiros identificatórios para os sujeitos que ancoram sua autocompreensão e sua compreensão do mundo nesses alicerces (Foucault, 2007; Hacking, 2006; Butler, 2018).[64]

Como vemos, com a psiquiatria biológica não podemos mais pensar, como fez Freud, o sofrimento psíquico no conflito entre as exigências sociais de uma sociedade e as inclinações imorais do paciente, no atrito entre normas sociais hegemônicas e a sexualidade disruptiva (Freud, [1908] 2015). Com a biologização da psiquiatria, o sofrimento psíquico é equalizado como um déficit biológico desvinculado do entorno social. Aqui vem um segundo aspecto importante da psiquiatria biológica: esse

Material com direitos autorais

desarranjo orgânico é visto como objeto de correção objetiva sem maiores compromissos políticos. Reificada no orgânico, a doença deixa de ser pensada como fenômeno político comprometido com questões como a da adequação às exigências sociais que circundam o indivíduo. Em uma palavra: a *disorder*, em sua reificação orgânica, toma como natural a *order* à qual faz oposição e, assim, retira a psiquiatria do campo da política e do conflito.

Ora, essa autonomização do social que o biológico possibilita é comum aos esforços do DSM e do RDoC, e, ainda que a radicalização desse processo acontecesse nos anos 1990, podemos ver ela como uma continuidade na psiquiatria biológica desde os anos 1970. Há, porém, outra diferença fundamental entre a iniciativa RDoC e os manuais DSM que abre portas para uma intensificação dos compromissos da psiquiatria contemporânea com os imperativos do neoliberalismo, a saber, o modelo dimensional do diagnóstico psiquiátrico, na medida em que este se organiza sobre bases diferentes daquelas da experiência do sofrimento.

Aberturas do RDoC ao *enhancement*

Como apontamos, o RDoC faz uma crítica ao diagnóstico do DSM e propõe uma radicalização do modelo dimensional de diagnóstico. A nosografia do DSM apresentava o paradoxal problema de ser, ao mesmo tempo, muito específica e muito vaga. Sintoma maior desse problema é o recorrente uso do complemento NOS (*Not Otherwise Specified*) para os diagnósticos, usado quando o paciente não apresenta todos os critérios para ser enquadrado em um transtorno específico (Hacking, 2013).

Ainda, mesmo em um diagnóstico específico, o aporte do DSM seria pouco sensível às diferenças entre pacientes classificados com o mesmo diagnóstico, o que traria dificuldades tanto para a intervenção psiquiátrica como para a comunicação médica. Com a radicalização da proposta dimensional feita pelo RDoC, seria possível entender com maior precisão os pacientes dentro daqueles que são considerados os constructos fundamentais do funcionamento psíquico (valência negativa, valência positiva, cognição, processos sociais, sono-vigília e sensório-

Material com direitos autorais